Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 10

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 11

Demonstração de Valor Adicionado 12

Comentário do Desempenho 13

Notas Explicativas 27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 73

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 75

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 76

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	27.200.933	26.465.924
1.01	Ativo Circulante	6.479.108	7.222.564
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.883.968	5.608.131
1.01.01.01	Caixas e Bancos	50.576	18.703
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.833.392	5.589.428
1.01.03	Contas a Receber	1.197.385	1.175.286
1.01.03.01	Clientes	1.197.385	1.175.286
1.01.04	Estoques	91.220	97.003
1.01.06	Tributos a Recuperar	150.623	191.378
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	150.623	191.378
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	155.912	150.766
1.01.08.03	Outros	155.912	150.766
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	97.750	108.258
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	14.029
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	58.162	28.479
1.02	Ativo Não Circulante	20.721.825	19.243.360
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.965.847	6.185.739
1.02.01.04	Contas a Receber	77.676	108.052
1.02.01.04.01	Clientes	77.676	108.052
1.02.01.07	Tributos Diferidos	880.484	940.662
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	880.484	940.662
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.007.687	5.137.025
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	201.504	151.467
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	425.469	384.357
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	963.431	797.305
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	4.194.704	3.685.796
1.02.01.10.09	Outras Contas a Receber	222.579	118.100
1.02.02	Investimentos	2.004	2.049
1.02.02.01	Participações Societárias	2.004	2.049
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.004	2.049
1.02.03	Imobilizado	493.311	453.245
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	294.950	245.830
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	198.361	207.415
1.02.04	Intangível	13.260.663	12.602.327
1.02.04.01	Intangíveis	13.260.663	12.602.327
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.096.321	12.436.906
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	164.342	165.421

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	27.200.933	26.465.924
2.01	Passivo Circulante	4.123.711	6.024.748
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	49.087	277.212
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	49.087	277.212
2.01.02	Fornecedores	419.101	504.986
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	419.101	504.986
2.01.03	Obrigações Fiscais	129.308	101.893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	125.946	98.750
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62.842	1.161
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	63.104	97.589
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.362	3.143
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.224.043	997.329
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	316.506	334.511
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	287.973	303.776
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	28.533	30.735
2.01.04.02	Debêntures	757.314	524.640
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	150.223	138.178
2.01.04.03.01	Arrendamentos	147.657	138.178
2.01.04.03.02	Parceria Público-Privada PPP	2.566	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.985.415	3.945.418
2.01.05.02	Outros	1.985.415	3.945.418
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.737	434.512
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	3.230	2.824
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	1.483	3.560
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.981	0
2.01.05.02.09	Passivo Regulatório	1.704.310	3.305.438
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	259.674	199.084
2.01.06	Provisões	316.757	197.910
2.01.06.02	Outras Provisões	316.757	197.910
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	79.073	76.366
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	237.684	121.544
2.02	Passivo Não Circulante	10.670.815	8.093.395
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.082.106	6.395.335
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.633.590	3.308.504
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.480.018	3.124.090
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	153.572	184.414
2.02.01.02	Debêntures	2.047.029	2.662.695
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	401.487	424.136
2.02.02	Outras Obrigações	2.868.327	77.374
2.02.02.02	Outros	2.868.327	77.374
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	10.169	11.521
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	0	593
2.02.02.02.10	Passivo Regulatório	2.799.006	0
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	59.152	65.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04	Provisões	1.720.382	1.620.686
2.02.04.02	Outras Provisões	1.720.382	1.620.686
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.107.016	1.069.126
2.02.04.02.05	Provisões	613.366	551.560
2.03	Patrimônio Líquido	12.406.407	12.347.781
2.03.01	Capital Social Realizado	5.996.137	5.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	5.996.137	5.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	39.601	42.265
2.03.03.01	Ativos Próprio	39.601	42.265
2.03.04	Reservas de Lucros	5.997.130	6.088.560
2.03.04.01	Reserva Legal	256.396	256.396
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.959	11.959
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	91.430
2.03.04.10	Plano de Investimentos	5.728.775	5.728.775
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	152.837	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.693	3.810
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	217.009	217.009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.940.442	5.787.956	1.804.171	5.314.775
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-865.320	-2.484.449	-786.147	-2.350.988
3.03	Resultado Bruto	1.075.122	3.303.507	1.018.024	2.963.787
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-522.564	-1.714.499	-617.362	-1.216.505
3.04.01	Despesas com Vendas	-152.883	-445.785	-129.099	-519.011
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-298.598	-878.618	-285.926	-1.064.741
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.578	7.655	1.174	2.060.131
3.04.04.01	Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0	0	0	2.055.758
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	3.578	7.655	1.174	4.373
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-74.661	-397.751	-203.511	-1.692.884
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-35.113	-61.806	-27.881	20.222
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-13.533	-40.597	-14.139	-42.418
3.04.05.03	Provisão Passivo Regulatório	0	-259.619	-139.110	-1.541.818
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-11.479	-11.479	-18.849	-121.323
3.04.05.05	Outras Despesas Operacionais	-14.536	-24.250	-3.532	-7.547
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	552.558	1.589.008	400.662	1.747.282
3.06	Resultado Financeiro	-50.653	-772.476	48.838	52.907
3.06.01	Receitas Financeiras	226.425	810.018	379.450	2.785.169
3.06.02	Despesas Financeiras	-277.078	-1.582.494	-330.612	-2.732.262
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-181.719	-644.235	-252.789	-829.989
3.06.02.02	Provisão Passivo Regulatório	-95.359	-938.259	-77.823	-1.652.925
3.06.02.03	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0	0	0	-249.348
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	501.905	816.532	449.500	1.800.189
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-199.373	-666.476	-203.099	-81.947
3.08.01	Corrente	-219.325	-606.298	-162.781	-242.081
3.08.02	Diferido	19.952	-60.178	-40.318	160.134
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	302.532	150.056	246.401	1.718.242

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	302.532	150.056	246.401	1.718.242
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,20645	0,1024	0,16814	1,17253
3.99.01.02	ON	0,18768	0,09309	0,15286	1,06594
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,20645	0,1024	0,16814	1,17253
3.99.02.02	ON	0,18768	0,09309	0,15286	1,06594

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	302.532	150.056	246.401	1.718.242
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-894	-2.781	-998	-3.012
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.316	-4.036	-1.445	-4.363
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	447	1.372	491	1.483
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-38	-177	-66	-200
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	13	60	22	68
4.03	Resultado Abrangente do Período	301.638	147.275	245.403	1.715.230

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.287.877	6.406.035
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.448.380	2.965.392
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	150.056	1.718.242
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	527.153	460.228
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	9.361	8.597
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-909	-3.062
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	-120.362	178.043
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	109.947	159.695
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	60.178	-160.133
6.01.01.09	Provisão para Contingências	61.806	-20.222
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	40.597	42.418
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	439.019	409.841
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	107.224	98.341
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	41.712	52.864
6.01.01.14	Juros e Atualizações Monetárias PPP	125	84
6.01.01.15	Variações Cambiais, líquidas	-19.645	-6.827
6.01.01.16	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	37.397	22.386
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	4.676	4.822
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	45	75
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	839.497	3.440.643
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-101.670	-81.606
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	40.755	-142.367
6.01.02.03	Estoques	5.783	-4.022
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-41.112	148.280
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	-131.503	-11.844
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	-87.237	108.556
6.01.02.07	Impostos e Contribuições	510.047	105.596
6.01.02.08	Salários e Encargos a Pagar	-111.985	224.339
6.01.02.09	Cauções e Retenções Contratuais	406	285
6.01.02.10	Receitas a Apropriar	-2.670	-2.670
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-482.630	-168.752
6.01.02.12	Passivo Regulatório	1.197.878	3.194.744
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	43.435	70.104
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.702.445	-1.842.040
6.02.01	Aplicação no Imobilizado, Intangível e Ativo de Contrato	-1.702.445	-1.842.040
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.309.595	-484.743
6.03.01	Financiamentos Obtidos	536.583	782.509
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-643.756	-293.489
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-500.012	-415.305
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-115.007	-107.824
6.03.05	Pagamentos de PPP	-23.668	-24.552
6.03.06	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	0	-5.002
6.03.07	Depósitos Vinculados	-39.529	-8.345
6.03.08	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-524.206	-412.735

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-724.163	4.079.252
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.608.131	1.800.757
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.883.968	5.880.009

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	6.088.560	0	263.084	12.347.781
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	6.088.560	0	263.084	12.347.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-91.430	0	0	-91.430
5.04.06	Dividendos	0	0	-91.430	0	0	-91.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.837	-2.781	150.056
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150.056	0	150.056
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.781	-2.781	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	4.036	-4.036	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.372	1.372	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	177	-177	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-60	60	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	5.997.130	152.837	260.303	12.406.407

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-95.873	-420.369	0	-516.242
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.873	0	0	-95.873
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.369	0	-420.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.721.254	-3.012	1.718.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.718.242	0	1.718.242
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.012	-3.012	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	4.363	-4.363	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Realização	0	0	0	-1.483	1.483	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	200	-200	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-68	68	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	4.498.839	1.300.885	234.846	12.030.707

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	6.085.438	7.607.691
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.211.980	5.714.802
7.01.02	Outras Receitas	-16.595	2.052.584
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-109.947	-159.695
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.318.726	-3.359.509
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-827.617	-768.096
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.110.526	-1.022.860
7.02.04	Outros	-380.583	-1.568.553
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.766.712	4.248.182
7.04	Retenções	-527.153	-460.228
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-527.153	-460.228
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.239.559	3.787.954
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	840.405	2.905.253
7.06.02	Receitas Financeiras	840.405	2.905.253
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.079.964	6.693.207
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.079.964	6.693.207
7.08.01	Pessoal	1.019.150	1.453.027
7.08.01.01	Remuneração Direta	600.845	700.280
7.08.01.02	Benefícios	372.532	708.188
7.08.01.03	F.G.T.S.	45.773	44.559
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.320.259	785.113
7.08.02.01	Federais	1.307.828	775.350
7.08.02.02	Estaduais	452	477
7.08.02.03	Municipais	11.979	9.286
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.590.499	2.736.825
7.08.03.01	Juros	1.582.494	2.732.262
7.08.03.02	Aluguéis	8.005	4.563
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	150.056	1.718.242
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	420.369
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	150.056	1.297.873

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de setembro de 2026:

Contratos (% da Receita Total)				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	21,8%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	99,7%	865,1	858,8
Londrina	7,1%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	264,6	270,4
Maringá	5,3%	13,9 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	178,6	206,0
Ponta Grossa	3,7%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	93,8%	170,7	159,5
Foz do Iguaçu	3,7%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	83,9%	130,1	109,8
Cascavel	3,7%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	142,6	158,6
São José dos Pinhais	2,9%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	89,7%	125,6	110,9
Colombo	1,8%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	79,6%	90,8	70,8
Guarapuava	1,7%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	89,1%	76,2	66,5
Toledo	1,6%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	95,2%	68,9	64,4
Demais Municípios	46,7%					2.329,4	1.592,0
Totais				**100,0%**	**83,5%**	**4.442,6**	**3.667,7**

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 83,5%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,6% do total de ligações de água existentes em 30 de setembro de 2026.

O número de ligações de água em setembro de 2026 é 1,5% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2025, representando um incremento de 51.798 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	SET/26 (1)	%	SET/25 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.234.328	90,6	3.188.711	90,6	1,4
Comercial	267.418	7,5	261.942	7,5	2,1
Industrial	13.936	0,4	13.887	0,4	0,4
Utilidade Pública	25.146	0,7	25.031	0,7	0,5
Poder Público	29.067	0,8	28.526	0,8	1,9
Totais	**3.569.895**	**100,0**	**3.518.097**	**100,0**	**1,5**

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de esgoto em setembro de 2026 é 3,2% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2025, representando acréscimo de 85.110 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	SET/26 (1)	%	SET/25 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.449.265	90,3	2.373.089	90,3	3,2
Comercial	221.083	8,2	213.558	8,1	3,5
Industrial	7.043	0,3	6.752	0,3	4,3
Utilidade Pública	17.599	0,6	17.204	0,7	2,3
Poder Público	17.473	0,6	16.750	0,6	4,3
Totais	**2.712.463**	**100,0**	**2.627.353**	**100,0**	**3,2**

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

No 3T26, o volume medido de água tratada foi de 140,0 milhões de m³, contra 138,6 milhões de m³ no 3T25, representando um acréscimo de 1,0%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m³*	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	118,3	116,9	1,2	367,2	358,0	2,6
Comercial	11,4	11,4	0,0	34,8	34,1	2,1
Industrial	3,1	3,3	-6,1	9,7	9,7	0,0
Utilidade Pública	1,6	1,5	6,7	4,6	4,4	4,5
Poder Público	5,6	5,5	1,8	16,7	16,3	2,5
Totais	**140,0**	**138,6**	**1,0**	**433,0**	**422,5**	**2,5**

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No 3T26 o volume faturado de água tratada foi de 146,6 milhões de m³, contra 144,5 milhões de m³ no 3T25, representando um acréscimo de 1,5%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m³*	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	123,8	122,2	1,3	381,7	372,6	2,4
Comercial	12,5	12,4	0,8	38,0	37,1	2,4
Industrial	3,4	3,2	6,2	10,1	9,7	4,1
Utilidade Pública	1,2	1,2	0,0	3,6	3,6	0,0
Poder Público	5,7	5,5	3,6	17,0	16,5	3,0
Totais	**146,6**	**144,5**	**1,5**	**450,4**	**439,5**	**2,5**

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 3T26 apresentou um aumento de 2,9% em comparação ao 3T25, conforme demonstrado a seguir:

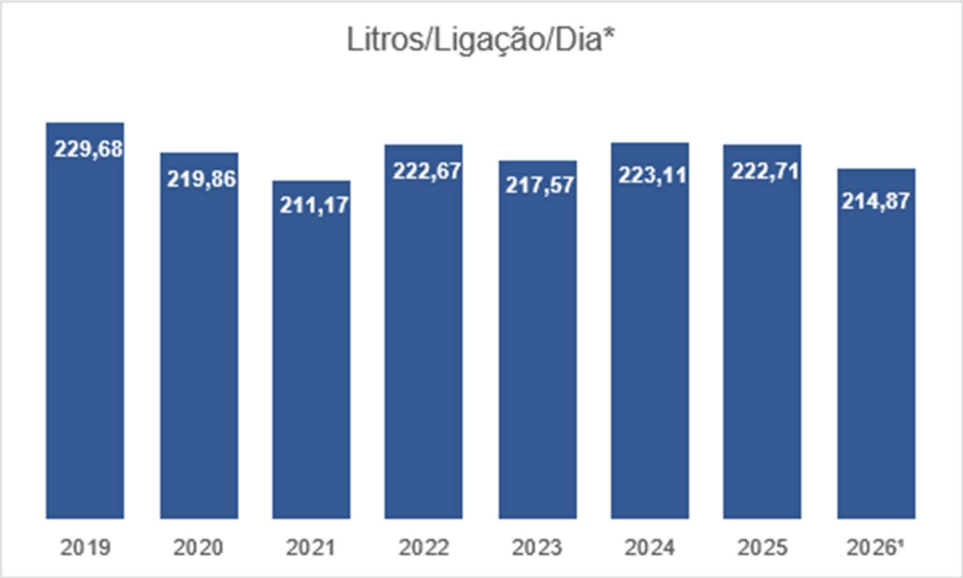
Volume Faturado de Esgoto - milhões de m³*	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	102,5	99,5	3,0	313,1	301,5	3,8
Comercial	12,1	11,9	1,7	36,5	35,6	2,5
Industrial	1,1	1,0	10,0	3,1	3,1	0,0
Utilidade Pública	1,1	1,1	0,0	3,3	3,2	3,1
Poder Público	4,6	4,5	2,2	13,6	13,2	3,0
Totais	**121,4**	**118,0**	**2,9**	**369,6**	**356,6**	**3,6**

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO

O Índice de Perdas por Ligação calculado no padrão SINISA considera o volume de perdas de água definido como a diferença entre o volume produzido, o balanço entre o volume exportado e importado, e o volume micro medido nos hidrômetros, excluindo o volume de serviço (operacional, recuperado e especial), sendo apresentado acumulado para um período de 12 meses.



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;

(1) Valores acumulados dos últimos 12 meses.

Água*	SET/26 (1)	SET/25 (2)	Var. (1/2)	SET/24 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.442.551	4.373.368	1,6 %	4.306.220	1,6 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.243	1.220	1,9 %	1.210	0,8 %
Nº de captações de superfície	230	224	2,7 %	227	-1,3 %
Km de rede assentada	64.227	63.156	1,7 %	62.184	1,6 %
Volume Produzido (m³)	655.015.899	649.024.462	0,9 %	638.277.816	1,7 %
Perdas no faturamento - %	31,24	32,28	-1,04 p.p.	31,79	0,49 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	1,59	0,50	1,09 p.p.	0,77	-0,27 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	SET/26 (1)	SET/25 (2)	Var. (1/2)	SET/24 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.667.676	3.550.868	3,3 %	3.444.395	3,1 %
Nº de estações de tratamento	280	272	2,9 %	267	1,9 %
Km de rede assentada	45.142	44.125	2,3 %	42.932	2,8 %
Volume coletado em m³	353.383.773	340.437.371	3,8 %	331.843.494	2,6 %

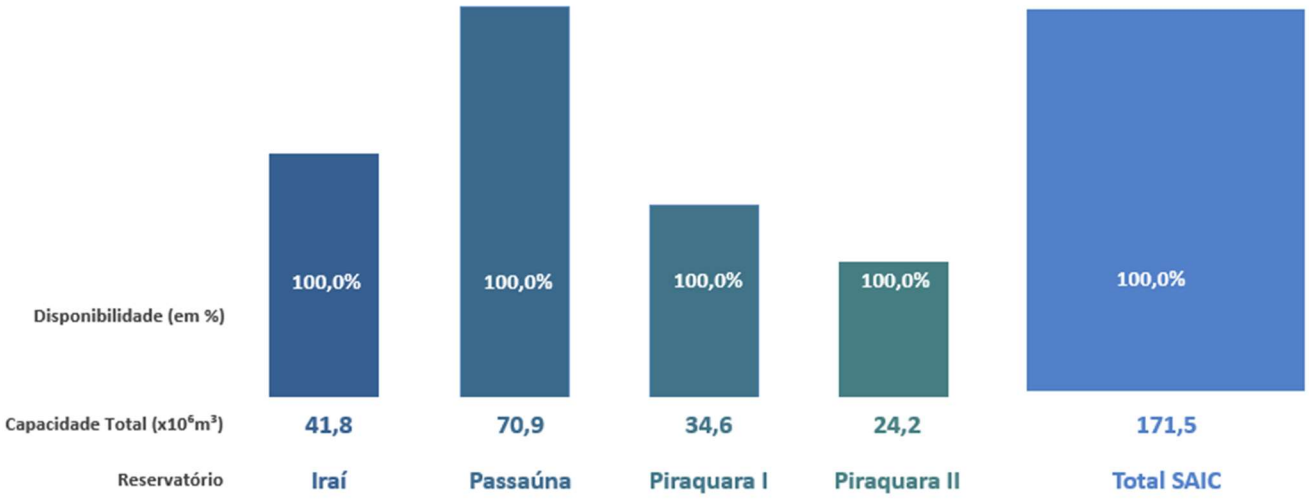
* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

VOLUMES DISPONÍVEIS

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. Em 30 de setembro de 2026, o volume médio de reservação, estava em 100,0% (84,1% em 31/12/2025).



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Adicionalmente, informa-se que a Barragem Miringuava entrou em operação e encontra-se em fase de enchimento com 51,4% da sua capacidade preenchida, já contribuindo para o reforço do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC).

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

Comentário do Desempenho

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Receita de Água	1.213,9	1.147,2	5,8	3.650,4	3.389,0	7,7
Receita de Esgoto	801,2	736,2	8,8	2.375,4	2.153,9	10,3
Receita de Serviços	36,1	34,1	5,9	112,6	103,1	9,2
Receita de Resíduos Sólidos	5,3	5,2	1,9	16,6	15,0	10,7
Serviços Prestados aos Municípios	7,5	6,6	13,6	21,5	19,6	9,7
Doações Efetuadas por Clientes	11,8	6,8	73,5	27,0	26,6	1,5
Outras Receitas	3,7	1,8	105,6	8,5	7,6	11,8
Total Receita Operacional	**2.079,5**	**1.937,9**	**7,3**	**6.212,0**	**5.714,8**	**8,7**
COFINS	-114,2	-109,9	3,9	-348,4	-328,7	6,0
PASEP	-24,8	-23,8	4,2	-75,6	-71,3	6,0
Totais das Deduções	**-139,0**	**-133,7**	**4,0**	**-424,0**	**-400,0**	**6,0**
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	**1.940,5**	**1.804,2**	**7,6**	**5.788,0**	**5.314,8**	**8,9**

A receita operacional líquida aumentou 7,6%, passando de R$1.804,2 milhões no 3T25 para R$1.940,5 milhões no 3T26, este aumento é decorrente de: (i) reajuste tarifário de 2,4993% a partir de maio de 2026; (ii) crescimento do volume faturado de água e esgoto; e (iii) do aumento no número de ligações.

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Pessoal	-397,5	-423,8	-6,2	-1.174,2	-1.493,5	-21,4
Materiais	-87,9	-86,5	1,6	-245,7	-247,6	-0,8
Energia Elétrica	-151,4	-106,2	42,6	-398,4	-317,3	25,6
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-30,2	-31,2	-3,2	-108,1	-57,0	89,6
Serviços de Terceiros	-373,6	-321,6	16,2	-1.032,5	-882,8	17,0
Depreciações e Amortizações	-179,9	-154,9	16,1	-527,2	-460,2	14,6
Perdas na Realização de Créditos	-36,5	-13,5	170,4	-109,9	-159,7	-31,2
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Ambiental	-38,3	-37,2	3,0	-115,2	-109,2	5,5
Taxa de Regulação	-10,0	-9,6	4,2	-30,1	-28,8	4,5
Doações Incentivadas (IRPJ)	-2,2	-1,6	37,5	-8,8	-9,7	-9,3
Indenizações por Danos a Terceiros	-11,6	-19,7	-41,1	-41,0	-48,3	-15,1
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	-0,2	-0,7	-71,4	-2,2	-5,1	-56,9
Taxa, Alvaras e Licenciamento	-5,1	-3,0	70,0	-17,2	-5,7	201,8
Despesas Capitalizadas	29,4	37,0	-20,5	92,5	98,8	-6,4
Provisões para Contingências	-35,1	-27,9	25,8	-61,8	20,2	-405,9
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-13,5	-14,1	-4,3	-40,6	-42,4	-4,2
Programa de Participação nos Resultados	-11,5	-18,8	-38,8	-11,5	-121,3	-90,5
Receita de Venda de Ativos	3,5	1,1	218,2	7,5	4,1	82,9
Baixas de Ativos	-2,8	-3,3	-15,2	-8,8	-5,5	60,0
Outros Custos e Despesas	-33,6	-22,0	52,7	-106,2	-81,4	30,5
Subtotal	**-1.388,0**	**-1.257,5**	**10,4**	**-3.939,4**	**-3.952,4**	**-0,3**
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	-	-	0,0	-	2.055,8	-100,0
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	-	-146,0	-100,0	-259,6	-1.670,9	-84,5
Total Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	**-1.388,0**	**-1.403,5**	**-1,1**	**-4.199,0**	**-3.567,5**	**17,7**

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais, excluindo o efeito do Precatório e Passivo Regulatório, tiveram um aumento no 3T26 de 10,4% em relação ao 3T25. As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal
Redução de 6,2%, principalmente pela diminuição das indenizações trabalhistas, que totalizaram R$34,4 milhões no 3T26, valor 56,1% inferior ao registrado no 3T25 (R$78,3 milhões), compensada parcialmente pelos aumentos decorrentes de: (i) reajuste salarial de 3,36% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios, referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2026/2028 (data-base março de 2026); (ii) reajuste de 4,98% do SANESAÚDE em junho de 2026; e (iii) provisão do abono indenizatório no montante de R$18,6 milhões (R$17,6 milhões no mesmo período de 2025). O número de empregados passou de 5.843 no 3T25 para 6.245 no 3T26.

Materiais
Aumento de 1,6%, principalmente em: (i) material de tratamento (+2,3%), que representa 58,5% do total da rubrica de materiais no trimestre; (ii) material de limpeza e higiene (+91,8%); (iii) combustíveis e lubrificantes (+11,5%); e (iv) material de operação de sistemas (+24,2%), parcialmente compensados pela redução em material de manutenção eletromecânica (-21,5%).

Energia Elétrica
Acréscimo de 42,6%, decorrente do crescimento nos volumes de água produzida (+0,9%) e esgoto tratado (+3,8%), aliado a ajustes operacionais nos processos de tratamento que demandaram maior consumo energético. Somam-se a esses fatores os reflexos de alterações em contratos de suprimento, que geraram maior exposição aos preços do mercado de curto prazo, além do acionamento de sistemas complementares de captação. A Companhia busca mitigar essa exposição por meio de contratações de energia para os próximos anos.

Serviços de Terceiros
Aumento de 16,2%, principalmente em: (i) serviços de manutenção de redes (+17,6%); (ii) serviços de remoção de resíduos de esgoto (+18,7%); (iii) serviços de atendimento ao cliente (+43,6%); (iv) serviços técnicos operacionais (+26,5%); e (v) serviços de manutenção eletromecânica (+45,7%).

Depreciações e Amortizações
Acréscimo de 16,1%, decorrente da entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de outubro de 2025 a setembro de 2026, no montante de R$1.783,6 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos
Aumento de 170,4%, ocasionado principalmente pelo efeito comparativo com o 3T25, quando os esforços intensificados da Companhia nas ações de negociação de débitos com clientes da categoria particular, resultaram na diminuição do saldo de recebíveis em aberto e na reversão de PECLD naquele período.

Comentário do Desempenho

Provisões para Contingências

Aumento de 25,8%, decorrente, primordialmente, do efeito comparativo do 3T25, quando o montante foi impactado por reversões extraordinárias de ações trabalhistas na ordem de R$69,0 milhões. No 3T26, a despesa líquida de R$35,1 milhões reflete, principalmente: a) no âmbito trabalhista, o impacto de R$39,6 milhões referente à atualização de processos em andamento, decorrente de decisões judiciais cujos objetos envolvem equiparação salarial, horas extras, intervalo intrajornada, adicional noturno e acúmulo de funções, entre outros, valores estes compensados por reversões de R$24,2 milhões decorrentes do arquivamento de ações e baixas parciais; b) no âmbito cível, complemento de provisões no montante de R$30,6 milhões, influenciado principalmente pela ação promovida por empresa fornecedora de solução de TI, pleiteando indenização de R$23,6 milhões, valores estes compensados por R$2,3 milhões em reversões e encerramentos de ações de indenização por danos morais e materiais por corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto; c) no âmbito ambiental, redução das provisões (reversões e pagamentos) no montante de: i) R$1,5 milhão referente a alterações nos valores provisionados e pelo encerramento de ações judiciais, compensados pela atualização dos valores provisionados de ações ambientais devido a decisões judiciais no valor de R$4,6 milhões e ii) R$11,7 milhões referentes à adesão ao Programa de Conversão de Multas Ambientais de 25 Autos de Infração Ambiental (AIAs) junto ao Instituto Água e Terra (IAT).

Provisão Passivo Regulatório

Redução de 100,0%, decorrente do efeito comparativo com o 3T25, quando foram registradas despesas relacionadas à provisão do Passivo Regulatório e a honorários advocatícios vinculados à ação judicial do IRPJ, cujo ganho estava sujeito ao compartilhamento de 75% com os clientes da Companhia, conforme regra vigente à época (Nota Técnica nº 07/2024 da Agepar), antes da emissão da Nota Técnica nº 002/2026-GTI-AGEPAR), e honorários advocatícios.

Programa de Participação nos Resultados – PPR

Redução de 38,8% relacionada à redução do lucro líquido acumulado até o 3T26, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Receitas Financeiras						
Aplicações Financeiras	174,0	113,7	53,0	555,1	245,6	126,0
Variações Monetárias Ativas	21,3	22,6	-5,8	66,0	71,3	-7,4
Variações Cambiais Ativas	6,3	6,5	-3,1	26,9	20,5	31,2
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	2,8	-	-	31,7	27,6	14,9
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais	22,0	7,0	214,3	120,4	22,4	437,5
Outras Receitas Financeiras	9,6	5,5	74,5	40,3	21,1	91,0
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	-9,5	-8,8	8,0	-30,4	-120,1	-74,7
Subtotal	**226,5**	**146,5**	**54,6**	**810,0**	**288,4**	**180,9**
Juros Auferidos - Receita Precatórios	-	47,5	-100,0	-	2.247,5	-100,0
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-	185,5	-100,0	-	249,3	-100,0
Totais das Receitas Financeiras	**226,5**	**379,5**	**-40,3**	**810,0**	**2.785,2**	**-70,9**
Despesas Financeiras						
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	-151,0	-169,1	-10,7	-454,7	-437,7	3,9
Variações Monetárias Passivas	-8,8	-17,9	-50,8	-99,3	-91,2	8,9
Variações Cambiais Passivas	-5,2	-	-	-7,2	-13,7	-47,4
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-12,0	-11,7	2,6	-69,1	-50,0	38,2
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais	-	-18,0	-100,0	-	-200,4	-100,0
Outras Despesas Financeiras	-4,7	-36,1	-87,0	-13,9	-37,0	-62,4
Subtotal	**-181,7**	**-252,8**	**-28,1**	**-644,2**	**-830,0**	**-22,4**
Provisão Passivo Regulatório	-95,4	-77,9	22,5	-938,3	-1.653,0	-43,2
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-	-	0,0	-	-249,3	-100,0
Totais das Despesas Financeiras	**-277,1**	**-330,7**	**-16,2**	**-1.582,5**	**-2.732,3**	**-42,1**
Resultado Financeiro	**-50,6**	**48,8**	**-203,7**	**-772,5**	**52,9**	**-1.560,3**

O resultado financeiro variou -203,7% passando de +R$48,8 milhões no 3T25 para -R$50,6 milhões no 3T26, principalmente em razão da ausência das receitas financeiras relacionadas aos precatórios reconhecidas no 3T25. As Despesas Financeiras diminuíram 16,2%, passando de -R$330,7 milhões no 3T25 para -R$277,1 milhões no 3T26, principalmente pela redução de R$ 31,4 milhões em Outras Despesas Financeiras, decorrentes, em grande parte, da atualização monetária dos 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, pactuados junto ao IBAMA, e pelo efeito do registro de R$18 milhões no AVP sobre ativos financeiro contratuais, reconhecidas no 3T25. Por outro lado, as Receitas Financeiras, excluindo os efeitos dos Precatórios, aumentaram 54,6%, passando de R$146,5 milhões no 3T25 para R$226,5 milhões no 3T26, reflexo principalmente das Aplicações Financeiras decorrentes do recebimento dos Precatórios relativos à ação do indébito tributário do IRPJ e do Ajuste a Valor Presente do Ativo Financeiro Contratual.

Resultado Econômico - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Resultado Operacional	**552,5**	**400,7**	**37,9**	**1.589,0**	**1.747,3**	**-9,1**
Resultado Financeiro	-50,6	48,8	-203,7	-772,5	52,9	-1.560,3
Tributos sobre o Lucro	-199,3	-203,1	-1,9	-666,4	-82,0	712,7
Lucro Líquido	**302,6**	**246,4**	**22,8**	**150,1**	**1.718,2**	**-91,3**

A Companhia registrou um lucro líquido de R$302,6 milhões no 3T26, representando um aumento de 22,8% em comparação com o lucro líquido de R$246,4 milhões apurado no 3T25. Essa variação decorre, basicamente, do efeito comparativo dos registros contábeis extraordinários relacionados à ação judicial do IRPJ e à respectiva provisão do Passivo Regulatório, que impactaram os resultados dos períodos comparados. Excluindo os efeitos não recorrentes, houve crescimento de 7,6% na receita operacional líquida e aumento de 10,4% nos custos e despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir o cálculo do Lucro Líquido e EBITDA sem efeito dos itens não Recorrentes:

Itens não Recorrentes - R$ milhões	3T26	3T25	9M26	9M25
Lucro Líquido	**302,6**	**246,4**	**150,1**	**1.718,2**
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0,0	-44,9	0,0	-4.303,2
Provisão Passivo Regulatório/Honorários/AVJ	95,4	38,3	1.197,9	3.323,8
COFINS/PIS-PASEP s/ Receita de Precatórios - Ação IRPJ	0,0	2,1	0,0	104,5
Programa de Participação nos Resultados - PPR	0,0	-6,8	0,0	67,1
Plano de Demissão Voluntária - PDV	0,0	2,2	0,0	174,0
PCLD Complementar - Efeito Vagão Parcelamentos	0,0	1,5	0,0	94,5
Provisão Contingencial Construtora Itaú	0,0	0,0	0,0	54,0
Provisão Contingencial Município de Andirá	0,0	87,3	0,0	87,3
Atualização Termo de Compromisso IBAMA	0,0	35,9	0,0	35,9
Alteração na Probabilidade de Perdas de Provável para Possível Ação Civil de Maringá	0,0	0,0	0,0	0,0
Efeitos Tributários	0,0	-100,4	0,0	-338,5
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	**398,0**	**261,6**	**1.348,0**	**1.017,6**
% Margem Líquida de itens não recorrentes	20,5	14,5	23,3	19,1
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	732,6	784,3	2.375,9	2.299,6
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	37,8	43,5	41,0	43,3

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Remuneração de Pessoal	351,8	388,2	-9,4	1.019,1	1.453,0	-29,9
Remuneração a Governos (Tributos)	411,9	406,0	1,5	1.320,3	785,1	68,2
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	2,5	0,1	2.400,0	8,0	4,5	77,8
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	277,1	330,7	-16,2	1.582,5	2.732,3	-42,1
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	420,4	-100,0
Lucro Líquido do Período não distribuído	302,6	246,4	22,8	150,1	1.297,9	-88,4
Total da Riqueza Econômica	**1.345,9**	**1.371,4**	**-1,9**	**4.080,0**	**6.693,2**	**-39,0**

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a universalização, qualidade dos serviços prestados e atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas e necessárias para atingir a universalização prevista pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.940,5	1.804,2	7,6 %	5.788,0	5.314,8	8,9 %
Lucro Operacional	552,5	400,7	37,9 %	1.589,0	1.747,3	-9,1 %
Lucro Líquido	302,6	246,4	22,8 %	150,1	1.718,2	-91,3 %
% Margem Operacional *	24,1	23,2	0,9 p.p.	13,1	31,5	-18,4 p.p.
% Margem Líquida *	15,6	13,7	1,9 p.p.	2,6	32,3	-29,7 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	2,5	2,1	0,4 p.p.	1,2	15,0	-13,8 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	0,8	0,5	0,3 p.p.	0,8	0,5	0,3 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

No encerramento do 3T26, os ativos totais da Companhia atingiram R$27.200,9 milhões (R$26.465,9 milhões em 31/12/2025), enquanto as dívidas totais ao final do 3T26 eram de R$14.794,5 milhões (R$14.118,1 milhões em 31/12/2025).

Do montante da dívida total no 3T26, R$7.306,1 milhões (R$7.392,7 milhões em 31/12/2025) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando uma redução de 1,2 % em relação ao exercício de 2025.

	Referência	SET/26	DEZ/25	Var.
Patrimônio Líquido	R$ Milhões	12.406,4	12.347,8	0,5 %
Valor Patrimonial da Ação *	R$	8,21	8,17	0,5 %
Grau de Endividamento *	%	54,4	53,3	1,1 p.p.
Liquidez Corrente *	R$	1,57	1,20	30,8 %
Liquidez Seca *	R$	1,55	1,18	31,4 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 3T26, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R$732,4 milhões, contra R$555,6 milhões no 3T25. A margem EBITDA passou de 30,8% para 37,7%.

A geração de caixa operacional no 3T26 foi de R$977,9 milhões, redução de 80,4% em relação ao 3T25, principalmente pelo efeito comparativo extraordinário dos precatórios ocorridos no 3T25. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 133,5%.

EBITDA - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Lucro Líquido	302,6	246,4	22,8	150,1	1.718,2	-91,3
(+) Tributos sobre o Lucro	199,3	203,1	-1,9	666,4	82,0	712,7
(+) Resultado Financeiro	50,6	-48,8	-203,7	772,5	-52,9	-1.560,3
(+) Depreciações e Amortizações	179,9	154,9	16,1	527,2	460,2	14,6
EBITDA	**732,4**	**555,6**	**31,8**	**2.116,2**	**2.207,5**	**-4,1**
% Margem EBITDA	37,7	30,8	6,9 p.p.	36,6	41,5	-4,9 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	133,5	895,9	-762,4 p.p.	108,1	290,2	-182,1 p.p.

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 3T26 foram de R$576,7 milhões (R$765,1 milhões no 3T25), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R$ milhões	3T26 (1)	3T25 (2)	Var. % (1/2)	9M26 (3)	9M25 (4)	Var. % (3/4)
Água	203,1	212,9	-4,6	568,0	553,3	2,7
Esgoto	274,4	443,8	-38,2	954,1	1.108,3	-13,9
Outros Investimentos	99,2	108,4	-8,5	206,5	202,3	2,1
Totais	**576,7**	**765,1**	**-24,6**	**1.728,6**	**1.863,9**	**-7,3**

Comentário do Desempenho

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R$7.392,7 milhões em dezembro de 2025 para R$7.306,1 milhões em setembro de 2026, representando uma redução de R$86,6 milhões. A dívida líquida passou de R$1.784,6 milhões em dezembro de 2025 para R$2.422,1 milhões em setembro de 2026.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 0,8x no 3T26 (0,5x no 3T25).

O grau de endividamento ficou em 54,4% no fechamento do 3T26 (53,7% no 3T25).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 30 de setembro de 2026:

Endividamento - R$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal [2]	6,62% a 12,00%	TR	19/04/2046	2.805,9	38,4
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	15/01/2030	615,7	8,4
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	499,4	6,8
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	15/04/2028	428,1	5,9
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	375,4	5,2
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	100% do DI	-	15/08/2035	339,4	4,6
BNDES - Avançar	3,59% e 5,60%	IPCA	15/12/2041	330,7	4,5
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	299,9	4,1
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	280,5	3,8
Arrendamento Direito de Uso	14,70%	-	30/06/2030	249,2	3,4
Debêntures 11ª Emissão -3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	217,2	3,0
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	182,0	2,5
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	154,2	2,1
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	25/01/2035	138,9	1,9
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série [1]	4,79%	IPCA	15/11/2038	86,0	1,2
BNDES - PAC2	TJLP +1,67% a 2,05%	-	15/07/2029	81,4	1,1
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	16/11/2044	71,7	1,0
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	55,2	0,8
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série [1]	5,20%	IPCA	15/11/2038	33,7	0,5
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	21,6	0,3
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	21,5	0,3
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	15,9	0,2
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	26/03/2048	2,6	0,0
Totais				**7.306,1**	**100,0**

[1] IPCA como componente variável da TLP;

[2] Considera taxa de administração e de riscos, além dos juros.

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R$ milhões	Saldo Devedor	%
Até 12 meses	1.224,0	16,8
de 13 a 24 meses	806,1	11,0
de 25 a 36 meses	678,5	9,3
de 37 a 60 meses	1.593,5	21,8
Acima de 60 meses	3.004,0	41,1
Totais	**7.306,1**	**100,0**

Comentário do Desempenho

3. REGULAÇÃO

3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar (Ciclo 2025 – 2028)

Em 19 de março de 2024, a Agepar publicou a resolução nº 17 de 14 de março de 2024 que aprovou a Metodologia de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico (água e esgoto).

Em 26 de abril de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 20 que aprovou o cronograma para a 3ª RTP dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de junho de 2024, na reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Agência nº 16/2024, a Agepar autorizou abertura de Consulta Pública como procedimento de participação social destinado a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito do “Manual de Revisão Tarifária Periódica de Saneamento Básico dos serviços de água e esgoto”.

Em 17 de junho de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 29 de 13 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico de água e esgoto.

Em 12 de setembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 38 de 11 de setembro de 2024, a qual aprova a versão final do Manual de Revisão Tarifária dos serviços de saneamento básico de água e esgoto - NOTA TÉCNICA nº 7/2024-CSB/DRE-AGEPAR.

Em 27 de novembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 45 de 21 de novembro de 2024, que alterou o Anexo Único da Resolução Agepar nº 20/2024 – Cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 34ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública, para recebimento de contribuições a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar.

Em 18 de dezembro de 2024, a Agepar, submeteu à Consulta Pública nº 11/2024, a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto (resultados parciais referentes aos temas Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis e Outras Receitas). E em 27 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração, em sua 3ª/2025 Reunião Extraordinária, autorizou o encaminhamento à Agepar do levantamento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), data-base 31/12/2024 (com ativos imobilizados até 31/12/2023), referente à 3ª RTP.

A referida BRR encontra-se em fase de fiscalização pela Agepar e pode sofrer alterações em função da análise da Agência.

Comentário do Desempenho

Em 25 de fevereiro de 2025, a Agepar tornou pública a análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 11/2024, submetida em 18 de dezembro de 2024.

Em 27 de fevereiro de 2025, a Agepar publicou a Nota Técnica DRE/CSB nº 003/2025, referente à aplicação preliminar das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar, a qual torna público os resultados preliminares dos componentes do modelo econômico-financeiro, incluindo as definições preliminares para Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis, Outras Receitas, Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), Custos Operacionais Eficientes (OPEX), Fator-X, Projeções de Mercado, Avaliação dos Investimentos Projetados, Anuidade Regulatória, Capital de Giro, Base de Remuneração Regulatória, Receita Verificada e Ajustes Compensatórios.

Em 15 de abril de 2025, a Agepar, em sua 6ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, aprovou a tarifa básica média da 3ª RTP para o Ciclo Tarifário 2025 a 2028, estabelecida em R$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) de água tratada fornecida e esgoto coletado e tratado nos serviços de saneamento básico prestados pela Sanepar, o que representou um índice de correção de 3,7753%, aplicado de forma linear em toda a estrutura tarifária da Sanepar vigente.

A Nota Técnica e a Planilha do Modelo Econômico-Financeiro da 3ª RTP podem ser acessadas pelo endereço: https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas

Tarifa Social

Em 03 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 32ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública para recebimento de contribuições a respeito da atualização da estrutura tarifária dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar em observância à Lei Federal nº 14.898/2024, que instituiu diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Em 09 de dezembro de 2024, a Agepar submeteu à Consulta Pública nº 10/2024, a proposta de Implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto instituída pela Lei Federal n.º 14.898/2024, e em 21 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de junho de 2025, a Agepar submeteu à Audiência Pública nº 002/2025 a Nota Técnica nº 009/2025 – AGEPAR/DRE/CSB, a qual contempla a proposta de implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto, instituída pela Lei Federal n.º 14.898/2024, na estrutura tarifária dos serviços de saneamento básico da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Além disso, na referida audiência, a sociedade teve oportunidade de apresentar contribuições à Nota Técnica, as quais estão compiladas no Relatório Circunstanciado das Contribuições Recebidas, disponível no site Agência.

Em 21 de agosto de 2025, a Agepar publicou a Resolução nº 36/2025, que aprovou a criação da nova categoria de Tarifa Social de Água e Esgoto na estrutura tarifária da Sanepar, decorrente da Lei Federal nº 14.898/2024. Esta nova categoria possui um desconto de 50% em relação à categoria residencial, aplicado à faixa de consumo fixa (primeira faixa), e o valor do m³ correspondente foi estendido aos primeiros 15 m³ consumidos, sendo o consumo excedente cobrado conforme a tarifa da categoria residencial, sem qualquer desconto. Para manutenção da tarifa então vigente de R$ 6,83/m³, as tabelas tarifárias foram ampliadas em 2,7117%. O prazo para implantação da estrutura tarifária atualizada foi de 120 dias. Demais informações sobre o tema estão disponíveis no site da Agepar em https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Leis-e-Atos-3.

Comentário do Desempenho

Em 15 de dezembro de 2025, entrou em vigor a nova estrutura tarifária que implementou a Tarifa Social de Água e Esgoto, decorrente da Lei Federal nº 14.898/2024, homologada pela Agepar por meio da Resolução nº 36/2025, de 21 de agosto de 2025.

Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) 2026

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia protocolou o pedido de Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT 2026) junto à Agepar. Em reunião do Conselho Diretor da Agência, realizada no dia 13 de abril de 2026, foi homologado o percentual de reajuste tarifário de 2,4993%, a ser aplicado sobre a tarifa de equilíbrio, resultando na tarifa média de R$7,0032/m³, conforme disposto na Resolução nº 23/2026-Agepar. O referido reajuste foi aplicado a partir de 17 de maio de 2026.

Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) 2027

Em 09 de outubro de 2026, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) submeteu a Consulta Pública nº 006/2026, a respeito da Atualização da metodologia de reajuste tarifário aplicável aos serviços de saneamento básico de água e esgoto prestados pela Sanepar, em atendimento à Norma de Referência nº 10/2024- ANA.

4. AGENDA ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

No mês de julho de 2026, realizamos uma parceria com o Município de Quatro Barras, que vai destinar R$ 3,6 milhões para obras de proteção ambiental. Os investimentos, que integram o Programa Água Segura, tem como foco a ampliação das galerias no Jardim Menino Deus, localizado na bacia do Rio Timbu.

Ainda em julho, a Insight publicou a edição 2026 do Anuário Integridade ESG, que destaca as 100 empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança. Nesta edição, a Sanepar foi classificada na 26ª posição, sendo a segunda no setor de saneamento. Em 2024 – primeira vez que apareceu no ranking geral – a Companhia ocupava a 82ª posição. A edição deste ano considerou uma amostra de 1.360 empresas com atuação no Brasil, que divulgam ativamente ações ESG. O período avaliado compreende janeiro a dezembro de 2025.

Em setembro, a Sanepar, juntamente com a Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai (ESSAP), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), lançaram oficialmente, em Assunção, no Paraguai, o Programa Corporativo de Redução e Controle de Perdas de Água da ESSAP. A iniciativa integra a Cooperação Técnica Trilateral Brasil-Paraguai-Japão, que tem como objetivo, fortalecer a gestão da companhia paraguaia por meio da redução do índice de Água Não Contabilizada (ANC), ampliando a atuação internacional da Sanepar no compartilhamento de conhecimento técnico.

Com um histórico de mais de 15 anos de elaboração do seu inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE), a Sanepar estruturou seu Plano de Descarbonização, por meio de uma análise aprofundada da metodologia de cálculo e do mapeamento de 44 alavancas mitigadoras. Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração ainda no 3º trimestre de 2026, o Plano estabelece a integração progressiva da lente da descarbonização às decisões corporativas e aos projetos de engenharia, atuando como alavanca para captação de recursos sustentáveis e proteção contra passivos regulatórios e ou legais. O Plano define metas de redução da intensidade de emissões por metro cúbico de esgoto tratado de 25% até 2035 e de 65% até 2050 em relação ao cenário de referência, focando principalmente no coração da operação, com a modernização de reatores anaeróbios, automação avançada e tratamento de efluentes.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, em relação ao contrato com o município de Maringá, as partes (Município e Companhia) discutiram judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município e, após percorridas todas as instâncias, com o julgamento do ARE nº 1363547 em 14/02/2025, transitou em julgado o acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR nos autos da Apelação Cível nº 867.874-2. A decisão judicial prevê que o Contrato de Concessão não se extinguirá até que a municipalidade efetue o pagamento da indenização devida à Companhia mediante cumprimento de sentença. Na data de 04/04/2025 o Município de Maringá peticionou nos autos da Ação Civil Pública nº 0009874-25.2009.8.16.0017 requerendo o início do processo de cumprimento da decisão, para a apuração dos valores devidos a título de indenização prévia. Ato contínuo, a Companhia reafirmou nos autos que a apuração dos valores a serem pagos pela municipalidade deverá

Notas Explicativas

ocorrer de forma judicial e, até que ocorra a referida indenização, a Companhia continuará prestando os serviços de água e esgoto, conforme previsto no v. acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR. Atualmente, conforme dispõe o art. 510 do Código de Processo Civil, as partes apresentaram manifestação e documentos que entendem pertinentes para a apuração do efetivo *quantum* indenizatório, tendo sido os autos remetidos ao Ministério Público. Neste momento o processo encontra-se suspenso pelo prazo de 90 dias por iniciativa do município, visando à análise da possibilidade de composição entre as partes.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 12 de novembro de 2026.

2.2. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de mensuração, exceto pelas reavaliações reconhecidas pelos ativos financeiros mensurados ao valor justo e por determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, sendo o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2026 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram divulgadas em 26 de fevereiro de 2026.

Notas Explicativas

Novas normas, alterações e interpretações

As emissões e alterações de normas do *International Accounting Standards Board* ("IASB") e do *International Sustainability Standards Board* ("ISSB"), já divulgadas nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025, seguem sendo acompanhadas pela Companhia. No período findo em 30 de setembro de 2026, a Administração avaliou os efeitos das normas e alterações cuja vigência se iniciou em 1º de janeiro de 2026 e concluiu que não houve impactos materiais no reconhecimento, mensuração e apresentação das informações contábeis intermediárias da Companhia. Adicionalmente, a Companhia apresenta as principais alterações normativas aplicáveis em 2026 e as normas emitidas ainda não vigentes, conforme segue:

▪ *Normas IFRS S1 e IFRS S2 (ISSB) – CBPS 01 e CBPS 02 – Requisitos de Divulgação de Sustentabilidade e Riscos Climáticos:* em 29 de maio de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Resolução CVM nº 244, que alterou a Resolução CVM nº 193/2023 e revogou a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade pelas companhias abertas para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, instituindo regime voluntário, no modelo de "pratique ou explique". Em 27 de agosto de 2026, a CVM publicou o Ofício-Circular nº 2/2026/CVM/SNC/SEP, esclarecendo aspectos da aplicação da Resolução CVM nº 244, entre eles a exigência de declaração explícita e sem ressalvas de conformidade plena aos Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 para as companhias que optarem pela divulgação voluntária. Nos termos da nova regulamentação, caso a Companhia opte por não elaborar ou divulgar tais informações, deverá, a partir dos exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2027, comunicar ao mercado sua decisão, com a devida fundamentação, até a data de arquivamento das demonstrações financeiras anuais do respectivo exercício. Os Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 permanecem como padrão técnico de referência para as companhias que optarem pela divulgação voluntária. Em reunião de 17 de setembro de 2026, o Conselho de Administração ratificou a decisão da Diretoria Executiva sobre a publicação voluntária do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, em conformidade com os Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, diante da desobrigação regulatória estabelecida pela Resolução CVM nº 244/2026;

▪ *Alterações das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros (CPC 48 e CPC 40 R1):* a Companhia passou a aplicar neste exercício as alterações relacionadas à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. As modificações trouxeram esclarecimentos sobre o tratamento de determinados termos contratuais que podem alterar o valor dos fluxos de caixa por ocorrência de eventos contingentes. A Companhia avaliou os efeitos da adoção inicial dessas alterações, considerando a natureza de seus ativos e passivos financeiros, e não identificou impactos materiais na classificação e mensuração de seus instrumentos financeiros, resultando apenas em aprimoramentos pontuais nas divulgações;

Notas Explicativas

▪ *Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 (Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 29 – Resolução CVM nº 242/2026):* a Companhia passou a aplicar neste exercício as Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11. As melhorias contemplaram alterações de escopo limitado em normas aplicáveis à Companhia: IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40 R1), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 R2). A Companhia não registrou impactos relevantes em suas Informações Contábeis Intermediárias decorrentes da adoção dessas melhorias;

▪ *Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 51):* a aplicação desta norma será obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027, com dados comparativos de 2026, não sendo permitida a adoção antecipada por companhias abertas no Brasil, conforme Resoluções CVM nº 237 e 238/2025. A Companhia destaca que os dados do exercício de 2026 servirão como período comparativo nas Demonstrações Contábeis de 2027, razão pela qual deu continuidade, ao longo do exercício de 2026, à avaliação dos impactos e à adequação de seus sistemas e processos. Esse trabalho foca na nova estrutura da Demonstração do Resultado, que classificará as receitas e despesas em cinco categorias obrigatórias (operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas), nas medidas de desempenho gerencial definidas pela Administração e nas alterações nas normas IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 R2), IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e IAS 33 – Resultado por Ação (CPC 41). Até a presente data, a Administração não identificou impactos materiais na mensuração de ativos, passivos ou resultados, sendo esperadas principalmente mudanças na apresentação das demonstrações contábeis e no nível de detalhamento das notas explicativas; e

▪ *IFRS 20 – Regulatory Assets and Regulatory Liabilities:* em 27 de maio de 2026, o IASB emitiu a IFRS 20 que substitui a IFRS 14 – *Regulatory Deferral Accounts* e estabelece requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos regulatórios, passivos regulatórios, receitas regulatórias e despesas regulatórias, aplicáveis a entidades sujeitas a determinado tipo de regulação tarifária. A norma tem vigência internacional para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2029, com adoção antecipada permitida internacionalmente, não sendo, contudo, aplicável no Brasil antes do respectivo processo de endosso pelo CPC e aprovação pela CVM, o qual não havia sido iniciado até a data de autorização destas Informações Contábeis Intermediárias. Por atuar em setor regulado, com concessões e tarifas reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar), a Companhia considera esta norma potencialmente relevante e acompanha o respectivo processo de endosso no Brasil. A Companhia esclarece que o Passivo Regulatório reconhecido nestas Informações Contábeis Intermediárias, relativo ao compartilhamento com os usuários do ganho da ação judicial de imunidade tributária do IRPJ (Nota Explicativa nº 20), tem origem e natureza distintas das diferenças temporais regulatórias tratadas pela IFRS 20, permanecendo mensurado com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, outras alterações e melhorias emitidas pelo IASB e endossadas no Brasil, quando aplicável, poderão requerer ajustes de divulgação em períodos futuros, os quais vêm sendo avaliados pela Companhia.

Notas Explicativas

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração até 2048, com exceção dos contratos de concessões de Andirá (não operado), o qual tem prazo de duração até 2032 e Maringá, o qual tem prazo de duração até 2040. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 30 de setembro de 2026 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 19. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos e financiamentos mantidos em reais

Notas Explicativas

variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R$70.156 e R$140.312 em 30 de setembro de 2026 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	139.645	(139.645)	279.290	(279.290)
Ativos		**139.645**	**(139.645)**	**279.290**	**(279.290)**
Caixa Econômica Federal	TR	(8.150)	8.150	(16.300)	16.300
BNDES-PAC2	TJLP	(1.652)	1.652	(3.304)	3.304
AVANÇAR BNDES	IPCA	(1.827)	1.827	(3.654)	3.654
FINAME BNDES	IPCA	(1.154)	1.154	(2.308)	2.308
FINEM BNDES	IPCA	(175)	175	(350)	350
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(541)	541	(1.082)	1.082
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(203)	203	(406)	406
Debêntures - 7ª Emissão	TLP	(877)	877	(1.754)	1.754
Debêntures - 10ª Emissão	IPCA	(3.839)	3.839	(7.678)	7.678
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Série	IPCA	(3.849)	3.849	(7.698)	7.698
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(4.231)	4.231	(8.462)	8.462
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.291)	3.291	(6.582)	6.582
Debêntures - 13ª Emissão	DI	(10.499)	10.499	(20.998)	20.998
Debêntures - 14ª Emissão	DI	(15.619)	15.619	(31.238)	31.238
Arrendamento Mercantil Operacional	DI	(4.281)	4.281	(8.562)	8.562
BANCO DO BRASIL - BB-NC1	DI	(9.301)	9.301	(18.602)	18.602
Passivos		**(69.489)**	**69.489**	**(138.978)**	**138.978**
Efeitos no Lucro antes da tributação		**70.156**	**(70.156)**	**140.312**	**(140.312)**

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 30 de setembro de 2026 foram, TR de 2,02% e a TJLP de 9,13% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,58% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 14,47% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 3,42% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é de aumento de 0,2432% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para dezembro de 2026, em relação a última taxa PTAX informada na data de 30/09/2026.

Considerando o valor da dívida em moeda estrangeira de €31.057 mil (R$182.105), o valor da cotação da moeda Euro como R$5,8777 para 30 de setembro de 2026 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U$1,1345 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R$5,1809, estimamos o provável impacto negativo de R$444 e apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável Impacto	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 0,2432%)	(444)	(45.636)	45.636	(91.272)	91.272

Notas Explicativas

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui Política de Dividendos e Política de Gestão de Risco de Tesouraria e Mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de "*hedge accounting*" para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro os efeitos desse instrumento financeiro derivativo. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 30 de setembro de 2026 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa (em R$)	Valor Justo da Posição Passiva (em R$)	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap (em R$)
1	Banco Bradesco	04/06/2024	24/12/2026	2.381	13.895	13.823	72
2	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2027	2.381	13.698	13.632	66
3	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2027	2.381	13.470	13.472	(2)
4	Banco Itaú	04/06/2024	26/06/2028	2.381	13.256	13.334	(78)
5	Banco Itaú	04/06/2024	22/12/2028	2.381	13.024	13.213	(189)
6	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2029	2.381	12.811	13.096	(285)
7	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2029	1.513	8.000	8.271	(271)
8	Banco Santander	28/11/2024	24/12/2029	868	4.604	5.101	(497)
9	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2030	2.381	12.392	14.303	(1.911)
10	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2030	2.381	12.176	14.187	(2.011)
11	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2031	2.381	11.978	14.132	(2.154)
12	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2031	1.884	9.314	11.050	(1.736)
13	Banco Itaú	16/06/2025	24/12/2031	497	2.458	3.021	(563)
14	Banco Itaú	16/06/2025	25/06/2032	2.381	11.576	14.288	(2.712)
15	Banco Santander	16/06/2025	24/12/2032	2.380	11.358	14.068	(2.710)
TOTAL				**30.952**	**164.010**	**178.991**	**(14.981)**

Notas Explicativas

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e financiamentos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 30 de setembro de 2026, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.306.149	7.392.664
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.883.968)	(5.608.131)
Dívida Líquida	2.422.181	1.784.533
Patrimônio Líquido	12.406.407	12.347.781
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,20	0,14

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	4.833.392	5.589.428
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	14.029
Depósitos Vinculados	299.254	259.725
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	50.576	18.703
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.275.061	1.283.338
Ativos Financeiros Contratuais	963.431	797.305
Outras Contas a Receber	280.741	146.579
Totais	**7.702.455**	**8.109.107**
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.981	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.306.149	7.392.664
Fornecedores	429.270	516.507
Outras Contas a Pagar	318.826	264.344
Totais	**8.069.226**	**8.173.515**

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos Bancários Livres	8.376	12.052
Depósitos Bancários Vinculados	42.200	6.651
	50.576	18.703
Aplicações Financeiras	4.833.392	5.589.428
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.883.968**	**5.608.131**

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificadas no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo da Caixa (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Caixa Exclusivo Sanepar I Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Caixa – Responsabilidade Limitada), Fundo de Investimento Exclusivo do Banco do Brasil (CNPJ 61.585.013/0001-64 - BB Sanepar Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo - Responsabilidade Limitada) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelos CDB's junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 100,4% do CDI (100,3% em 2025). As aplicações em CDB's possuem rentabilidade de 100,5% a 102,0% do CDI, e a remuneração dos fundos somados aos CDB's é em média de 100,4% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Contas a Receber Vincendas	454.108	426.150
Contas a Receber de Parcelamentos	295.559	347.692
Ajuste a Valor Presente	(44.816)	(52.777)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	331.365	340.306
	1.036.216	1.061.371
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	227.239	213.098
De 31 a 60 dias	73.447	73.031
De 61 a 90 dias	34.554	33.564
De 91 a 180 dias	72.994	63.852
Mais de 180 dias	813.486	711.379
Perdas Esperadas na Realização de Créditos	(982.875)	(872.957)
	238.845	221.967
Totais de Contas a Receber, líquidas	**1.275.061**	**1.283.338**
Circulante	**1.197.385**	**1.175.286**
Não Circulante	**77.676**	**108.052**

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	30/09/2026	31/12/2025
Prefeituras Municipais	116.222	(55.936)	(34)	60.252	59.680
Particulares	2.158.000	(926.939)	(44.782)	1.186.279	1.204.708
Setor Federal	2.443	-	-	2.443	2.375
Setor Estadual	26.087	-	-	26.087	16.575
Saldos no Final do Período	**2.302.752**	**(982.875)**	**(44.816)**	**1.275.061**	**1.283.338**

b) A movimentação das perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Saldos no Início do Período	(872.957)	(636.354)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão	(109.947)	(236.603)
Baixas, Líquidas das Recuperações	29	-
Saldos no Final do Período	**(982.875)**	**(872.957)**

c) O saldo de perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Clientes Particulares	(926.939)	(818.342)
Prefeituras Municipais	(55.936)	(54.615)
Totais	**(982.875)**	**(872.957)**

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Saldos no Início do Período	(52.777)	(56.689)
Ajuste a Valor Presente	7.961	3.912
Saldos no Final do Período	**(44.816)**	**(52.777)**

Notas Explicativas

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de Renda a compensar (1)	150.623	191.378
Totais	**150.623**	**191.378**
Circulante	**150.623**	**191.378**

(1) IRPJ no valor de R$44.633 resultado da apuração do Saldo Negativo do cálculo do lucro real do exercício de 2025 e IRRF no valor de R$105.990 provisionado sobre as aplicações financeiras da Companhia até o 3º trimestre de 2026.

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Reservas mantidas na CAIXA (1)	201.504	151.467
Outros Convênios (2)	97.750	108.258
Totais	**299.254**	**259.725**
Circulante	**97.750**	**108.258**
Não Circulante	**201.504**	**151.467**

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto “Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná”.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	41.064	17.327
Pagamentos Reembolsáveis	2.322	2.189
Depósitos Dados em Garantia	2.777	2.119
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	230.765	122.962
Despesas Antecipadas	2.057	283
Títulos e Outros Créditos	1.756	1.699
Totais	**280.741**	**146.579**
Circulante	**58.162**	**28.479**
Não Circulante	**222.579**	**118.100**

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

Notas Explicativas

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	30/09/2026
Investimento Não Amortizado	2.731.481	145.535	-	-	2.877.016
Ajuste a Valor Presente	(1.934.176)	(99.771)	120.363	(1)	(1.913.585)
Totais	**797.305**	**(a) 45.764**	**120.363**	**(1)**	**963.431**

(a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 12c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 5,19% (5,66% em 2025) que representa o *spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

11. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2025	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	30/09/2026
Projetos e Obras em Andamento	3.540.304	1.434.497	38.719	-	(1.039.165)	-	3.974.355
Estoques para Obras	122.424	159.410	-	-	-	(103.169)	178.665
Obras em Andamento PPP	23.068	23.610	-	-	(4.994)	-	41.684
Totais	**3.685.796**	**1.617.517**	**38.719**	**-**	**(1.044.159)**	**(103.169)**	**4.194.704**

Até o 3º trimestre de 2026 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R$1.617.517 (R$1.710.009 no mesmo período de 2025), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Piraquara, Umuarama, Castro, Campo Magro e São José dos Pinhais; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Cascavel, Castro, Apucarana e Santo Antônio da Platina. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Arapongas, Maringá, Curitiba, Imbituva, Rolândia e Cascavel.

Até o 3º trimestre de 2026 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R$38.719 (R$37.076 no mesmo período de 2025). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,0% (7,2% no mesmo período de 2025).

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	499.321	(206.474)	292.847	244.228
Outras Imobilizações	2.133	(30)	2.103	1.602
Direito de Uso em Arrendamento	381.872	(183.511)	198.361	207.415
Totais	**883.326**	**(390.015)**	**493.311**	**453.245**

Por Natureza				30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.942	-	2.942	2.921
Construções Civis	*1,84%	168.531	(33.076)	135.455	103.214
Benfeitorias	*2%	12.325	(1.396)	10.929	10.083
Instalações	*5,83%	14.995	(6.719)	8.276	8.915
Equipamentos	*6,23%	123.514	(58.001)	65.513	59.593
Móveis e Utensílios	*7,14%	60.832	(32.103)	28.729	27.488
Equipamentos de Informática	*19,82%	48.604	(31.257)	17.347	13.146
Veículos	*13,05%	35.647	(21.044)	14.603	16.616
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	30.266	(21.862)	8.404	2.370
Ferramentas	*6,67%	1.805	(1.046)	759	816
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.993	-	1.993	668
Direito de Uso em Arrendamento	*3,87%	381.872	(183.511)	198.361	207.415
Totais		**883.326**	**(390.015)**	**493.311**	**453.245**

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	8.566.079	(2.755.446)	5.810.633	5.540.841
Sistemas de Esgoto	9.303.254	(2.481.070)	6.822.184	6.443.371
Resíduos Sólidos	8.283	(8.283)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(84.495)	40.625	42.031
Direito de Uso em Arrendamento	205.048	(40.706)	164.342	165.421
Sistemas de Informática em Implantação	141.689	-	141.689	120.623
Outros Ativos Intangíveis	482.328	(201.138)	281.190	290.040
Totais	**18.831.801**	**(5.571.138)**	**13.260.663**	**12.602.327**

Por Natureza				30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	386.837	-	386.837	363.758
Poços	*3,10%	230.963	(52.504)	178.459	166.707
Barragens	*2,67%	299.063	(91.370)	207.693	208.250
Construções Civis	*2,59%	4.975.736	(1.128.558)	3.847.178	3.584.160
Benfeitorias	*2,67%	111.973	(14.285)	97.688	75.750
Tubulações	*2,64%	8.362.523	(2.491.441)	5.871.082	5.676.288
Ligações Prediais	*3,33%	1.292.525	(426.394)	866.131	812.014
Instalações	*5,83%	321.776	(164.715)	157.061	156.446
Hidrômetros	*10%	465.611	(176.137)	289.474	257.640
Macromedidores	*10%	11.300	(7.213)	4.087	4.062
Equipamentos	*6,23%	1.353.277	(567.968)	785.309	732.834
Móveis e Utensílios	*7,14%	8.887	(5.123)	3.764	3.483
Equipamento de Informática	*19,82%	106.745	(94.872)	11.873	14.048
Programas de Informática	*20%	327.232	(144.640)	182.592	185.640
Veículos	*13,05%	19.149	(16.133)	3.016	3.688
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	27.174	(25.796)	1.378	1.605
Ferramentas	*6,67%	419	(294)	125	112
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.824	(1.555)	3.269	3.487
Crédito de Carbono	100%	3	-	3	20
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	50.169	(36.939)	13.230	16.005
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(84.375)	40.625	42.031
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	120	(120)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	3.758	-	3.758	8.256
Direito de Uso em Arrendamento	*7,24%	205.048	(40.706)	164.342	165.421
Sistemas de Informática em Implantação	-	141.689	-	141.689	120.622
Totais		**18.831.801**	**(5.571.138)**	**13.260.663**	**12.602.327**

* Taxa Média Ponderada

(1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;

(2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Notas Explicativas

Parceria Público-Privada:

Os ativos vinculados com os contratos de Parcerias Público-Privada (MRAE1 - Microrregião Centro-Litoral, MRAE2 – Microrregião Centro-leste e MRAE3 Microrregião Oeste) no montante de R$891.549 referem-se a cessão pela Companhia da estrutura dos Sistemas de Esgoto Sanitário para a consecução dos respectivos contratos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 13.

Em 30 de setembro de 2026 o valor contábil para cada categoria de ativos vinculados à Parceria Público-Privada registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	13.712	-	13.712	12.902
Construções Civis	*2,59%	374.899	(71.805)	303.094	293.357
Benfeitorias	*2,67%	9.582	(1.181)	8.401	7.756
Tubulações	*2,64%	645.225	(165.076)	480.149	472.602
Ligações Prediais	*3,33%	67.638	(19.107)	48.531	45.938
Instalações	*5,83%	10.807	(5.015)	5.792	6.247
Macromedidores	*10%	7	(4)	3	4
Equipamentos	*6,23%	47.066	(15.533)	31.533	31.244
Móveis e Utensílios	*7,14%	20	(13)	7	5
Equipamentos de Informática	*19,82%	1.868	(1.852)	16	1
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	447	(136)	311	321
Ativos de PPP		**1.171.271**	**(279.722)**	**891.549**	**870.377**

* Taxa Média Ponderada

Até o 3º trimestre de 2026 foram registrados R$26.109 como investimentos relacionados com as Parcerias Público-Privada.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R$199.298 decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 13.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2026 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Construções Civis	1,67%	37.434	(5.800)	31.634	32.104
Tubulações	2,00%	147.316	(26.075)	121.241	123.450
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(2.458)	5.768	5.973
Instalações	6,67%	309	(191)	118	134
Equipamentos	6,00%	6.013	(3.398)	2.615	2.897
Arrendamento - Litoral		**199.298**	**(37.922)**	**161.376**	**164.558**
Veículos	47,97%	159.119	(81.750)	77.369	109.838
Construções Civis	21,29%	61.476	(24.713)	36.763	43.091
Equipamentos	50,52%	9.374	(3.357)	6.017	1.512
Equipamentos de Informática	32,39%	157.653	(76.475)	81.178	53.837
Arrendamento - Direito de Uso		**387.622**	**(186.295)**	**201.327**	**208.278**
Totais		**586.920**	**(224.217)**	**362.703**	**372.836**
Imobilizado		**381.872**	**(183.511)**	**198.361**	**207.415**
Intangível		**205.048**	**(40.706)**	**164.342**	**165.421**

A Companhia registrou no resultado o montante de R$8.005 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2025	Entradas	Amortizações	30/09/2026
Arrendamento - Litoral	164.558	-	(3.182)	161.376
Veículos	109.838	9.010	(41.479)	77.369
Construções Civis	43.091	2.792	(9.120)	36.763
Equipamentos	1.512	5.791	(1.286)	6.017
Equipamentos de Informática	53.837	42.532	(15.191)	81.178
Saldo	**372.836**	**60.125**	**(70.258)**	**362.703**

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2026:

Descrição	31/12/2025	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	30/09/2026
Imobilizado							
Terrenos	2.921	21	-	-	-	-	2.942
Construções Civis	103.214	95	(2.110)	(2)	34.258	-	135.455
Benfeitorias	10.083	117	(174)	-	903	-	10.929
Instalações	8.915	-	(639)	-	-	-	8.276
Equipamentos	59.593	10.281	(5.043)	(97)	587	192	65.513
Móveis e Utensílios	27.488	3.800	(2.523)	(460)	424	-	28.729
Equipamentos de Informática	13.146	7.880	(3.331)	(357)	9	-	17.347
Veículos	16.616	-	(2.012)	(1)	-	-	14.603
Máquinas, Tratores e Similares	2.370	6.824	(790)	-	-	-	8.404
Ferramentas	816	18	(75)	-	-	-	759
Bens Patrimoniais a Incorporar	668	1.325	-	-	-	-	1.993
Direito de Uso em Arrendamento	207.415	57.304	(66.203)	-	-	(155)	198.361
Totais Imobilizado	**453.245**	**87.665**	**(82.900)**	**(917)**	**36.181**	**37**	**493.311**
Intangível							
Terrenos	363.758	15.404	-	(104)	7.779	-	386.837
Poços	166.707	1.259	(2.006)	(238)	12.796	(59)	178.459
Barragens	208.250	-	(6.894)	-	6.727	(390)	207.693
Construções Civis	3.584.160	14.507	(95.806)	-	356.108	(11.791)	3.847.178
Benfeitorias	75.750	2.438	(2.125)	-	24.726	(3.101)	97.688
Tubulações	5.676.288	20.308	(157.735)	(277)	359.050	(26.552)	5.871.082
Ligações Prediais	812.014	1.035	(31.241)	(607)	88.783	(3.853)	866.131
Instalações	156.446	500	(13.353)	-	13.470	(2)	157.061
Hidrômetros	257.640	82	(33.119)	(1.602)	66.473	-	289.474
Macromedidores	4.062	8	(457)	-	474	-	4.087
Equipamentos	732.834	35.794	(51.861)	(2.673)	71.407	(192)	785.309
Móveis e Utensílios	3.483	634	(334)	(19)	-	-	3.764
Equipamentos de Informática	14.048	106	(2.464)	(2)	185	-	11.873
Programas de Informática	185.640	36.462	(37.497)	(2.013)	-	-	182.592
Veículos	3.688	-	(672)	-	-	-	3.016
Máquinas, Tratores e Similares	1.605	-	(227)	-	-	-	1.378
Ferramentas	112	20	(7)	-	-	-	125
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	3.487	-	(218)	-	-	-	3.269
Crédito de Carbono	20	-	-	-	-	(17)	3
Proteção e Preservação Ambiental	16.005	-	(2.775)	-	-	-	13.230
Concessão do Município de Curitiba	42.031	-	(1.406)	-	-	-	40.625
Bens Patrimoniais a Incorporar	8.256	(4.498)	-	-	-	-	3.758
Direito de Uso em Arrendamento	165.421	2.821	(4.056)	-	-	156	164.342
Sistemas de Informática em Implantação	120.622	21.067	-	-	-	-	141.689
Total Intangível	**12.602.327**	**147.947**	**(444.253)**	**(7.535)**	**1.007.978**	**(45.801)**	**13.260.663**
Total Geral	**13.055.572**	**235.612**	**(527.153)**	**(8.452)**	**(a) 1.044.159**	**(b) (45.764)**	**13.753.974**

(a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

(b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E PPP

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e PPP é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	30/09/2026			31/12/2025		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 0,88%	-	154.165	-	**154.165**	170.535	149.906	**320.441**
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	-	-	**-**	152.007	-	**152.007**
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	-	-	**-**	67.966	-	**67.966**
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	21.456	-	**21.456**	25.247	14.640	**39.887**
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15.853	-	**15.853**	18.475	10.721	**29.196**
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	499.395	-	**499.395**	5.269	483.378	**488.647**
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	28.402	399.741	**428.143**	13.046	399.408	**412.454**
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	-	280.547	**280.547**	2.748	271.531	**274.279**
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	37.748	43.618	**81.366**	61.211	69.083	**130.294**
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	21.106	278.819	**299.925**	19.819	293.150	**312.969**
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	1.130	137.769	**138.899**	890	91.110	**92.000**
Arrendamento Direito Uso	14,70%	-	126.551	122.668	**249.219**	118.359	130.986	**249.345**
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	17.583	598.118	**615.701**	43.033	597.514	**640.547**
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	15	217.226	**217.241**	2.384	210.195	**212.579**
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	4.051	371.312	**375.363**	9.320	357.723	**367.043**
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série [1]	5,20%	IPCA	2.783	30.876	**33.659**	2.764	31.645	**34.409**
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série [1]	4,79%	IPCA	7.096	78.886	**85.982**	6.347	72.813	**79.160**
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.837	19.796	**21.633**	1.671	19.185	**20.856**
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	4.678	50.527	**55.205**	3.828	44.036	**47.864**
Banco do Brasil - NCE 1º Emissão	100% do DI	-	42.520	296.835	**339.355**	57.476	334.035	**391.511**
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	23.534	307.134	**330.668**	20.054	277.215	**297.269**
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	623	71.162	**71.785**	420	51.063	**51.483**
Caixa Econômica Federal [2]	6,62% a 12,00%	TR	182.418	2.623.500	**2.805.918**	163.724	2.301.584	**2.465.308**
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	2.566	-	**2.566**	-	-	**-**
Total em Reais			**1.195.510**	**5.928.534**	**7.124.044**	**966.593**	**6.210.921**	**7.177.514**
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	28.533	153.572	**182.105**	30.736	184.414	**215.150**
Total em Moeda Estrangeira			**28.533**	**153.572**	**182.105**	**30.736**	**184.414**	**215.150**
Saldo no Final do Período			**1.224.043**	**6.082.106**	**7.306.149**	**997.329**	**6.395.335**	**7.392.664**
Empréstimos e Financiamentos			316.506	3.633.590	**3.950.096**	334.511	3.308.504	**3.643.015**
Debêntures			757.314	2.047.029	**2.804.343**	524.640	2.662.695	**3.187.335**
Arrendamentos			147.657	401.487	**549.144**	138.178	424.136	**562.314**
Parceria Público-Privada PPP			2.566	-	**2.566**	-	-	**-**

[1] IPCA como componente variável da TLP

[2] Considera taxa de administração e de riscos, além dos juros

Empréstimos e Financiamentos:

Em 30 de junho de 2026, a Companhia assinou 24 contratos de financiamento com o Banco BTG Pactual S.A., no montante total de R$ 755 milhões, líquido de contrapartida. Os recursos destinam-se a Contratos de Financiamentos e Repasses no âmbito do programa Saneamento para Todos – Mutuários Privados / FGTS, nas modalidades de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Não houve liberação de recursos até o período findo em 30 de setembro de 2026.

Notas Explicativas

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, sendo que a primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. Até o 3º trimestre de 2026 foi liberado o montante de €50 milhões e amortizado o montante de €19.048 mil. Na data de 30 de setembro de 2026 havia 15 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €30.952 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 81,73% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 11,83% a.a., considerando o CDI acumulado de 14,47% nos últimos 12 meses.

Adicionalmente, em 25 de março de 2026, a Companhia assinou um novo contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, no montante de € 50 milhões. Os recursos destinam-se à segunda fase do programa Paraná Bem Tratado, focado na ampliação de estações de tratamento de esgoto, tratamento de lodo e produção de biogás. A operação é sustentada exclusivamente pela capacidade financeira da Companhia, sem exigência de garantias da União ou do Estado do Paraná, e contará com o aporte de 20% do valor total do projeto a título de contrapartida própria da Sanepar.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa incremental aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 30 de setembro de 2026 a taxa média ponderada aplicada aos contratos foi de 14,70%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

Notas Explicativas

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2025	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2026
Arrendamento - Litoral	312.969	-	-	24.587	(37.631)	299.925
Arrendamento - Direito de Uso	249.345	60.125	-	17.125	(77.376)	249.219
Totais	**562.314**	**60.125**	**-**	**41.712**	**(115.007)**	**549.144**
Circulante	**138.178**					**147.657**
Não Circulante	**424.136**					**401.487**

Em 30 de setembro de 2026 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			30/09/2026	31/12/2025
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	49.729	(28.623)	21.106	19.819
Mais de um ano e menos de cinco anos	250.875	(120.794)	130.081	90.965
Acima de cinco anos	182.647	(33.909)	148.738	202.185
Subtotal	**483.251**	**(183.326)**	**299.925**	**312.969**
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	150.559	(24.008)	126.551	118.359
Mais de um ano e menos de cinco anos	149.580	(26.912)	122.668	130.986
Subtotal	**300.139**	**(50.920)**	**249.219**	**249.345**
Totais	**783.390**	**(234.246)**	**549.144**	**562.314**

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2026
Arrendamento - Litoral	364.468
Veículos	90.951
Bens Móveis	93.916
Bens Imóveis	52.953
Total	**602.288**

Notas Explicativas

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a taxa incremental, inflação projetada e juros até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	12.995	52.922	55.103	57.177	59.274	61.443	291.562	**590.476**
Veículos	16.174	55.213	25.236	3.112	3.763	1.422	-	**104.920**
Bens Móveis	7.600	33.183	23.847	25.336	27.313	12.754	-	**130.033**
Bens Imóveis	2.520	11.224	13.200	15.547	18.436	16.049	-	**76.976**
Total	**39.289**	**152.542**	**117.386**	**101.172**	**108.786**	**91.668**	**291.562**	**902.405**

Parceria Público-Privada:

O passivo da parceria público-privada reconhecido contabilmente pela Companhia apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2025	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2026
Parceria Público-Privada - PPP	-	26.109	46	79	(23.668)	2.566
Totais	**-**	**26.109**	**46**	**79**	**(23.668)**	**2.566**
Circulante	**-**					**2.566**

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e parceria público-privada da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/09/2026	31/12/2025
TR	2.805.918	2.465.308
TJLP	102.822	170.181
IPCA	2.128.796	1.994.785
DI	1.537.364	1.984.926
IPC-FIPE	299.925	312.969
EURO	182.105	215.150
Sem Correção Monetária	249.219	249.345
Totais	**7.306.149**	**7.392.664**

Notas Explicativas

b) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Debêntures 4ª Emissão	11.277	26.032	-	-	-	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	4.297	16.127	16.127	16.127	16.127	16.127	16.127	16.127
Debêntures 10ª Emissão	439	498.956	-	-	-	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	15	-	-	280.547	-	217.226	-	-
Debêntures 12ª Emissão (1)	8.215	150.000	-	-	-	-	371.313	-
Debêntures 13ª Emissão	28.402	-	399.741	-	-	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	17.583	-	-	-	598.118	-	-	-
Subtotais Debêntures	**70.228**	**691.115**	**415.868**	**296.674**	**614.245**	**233.353**	**387.440**	**16.127**
BNDES - PAC2	10.730	34.993	30.043	5.600	-	-	-	-
BNDES - AVANÇAR	6.361	22.967	22.856	22.880	22.880	22.880	22.880	22.880
BNDES - FINAME	1.130	416	8.164	18.135	19.681	19.681	19.681	19.681
BNDES - FINEM	623	-	312	4.451	4.451	4.451	4.451	4.451
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	5.320	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100
Caixa Econômica Federal	52.112	175.439	199.104	215.186	214.678	210.900	158.195	153.448
Banco KfW	14.539	27.963	27.884	27.884	27.884	27.963	27.988	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	**90.815**	**298.878**	**325.463**	**331.236**	**326.674**	**322.975**	**270.295**	**237.560**
Arrendamento - Litoral	6.837	19.625	21.740	24.107	26.759	29.732	33.067	36.812
Arrendamento - Direito de Uso	61.373	82.636	44.324	27.719	24.549	8.618	-	-
Subtotais Arrendamentos	**68.210**	**102.261**	**66.064**	**51.826**	**51.308**	**38.350**	**33.067**	**36.812**
Parceria Público-Privada PPP	2.566	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal PPP	**2.566**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Totais	**231.819**	**1.092.254**	**807.395**	**679.736**	**992.227**	**594.678**	**690.802**	**290.499**

Descrição	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040 a 2048	Total
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**37.309**
Debêntures 7ª Emissão	16.127	16.127	16.127	16.127	14.785	-	-	**196.479**
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**499.395**
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**497.788**
Debêntures 12ª Emissão (1)	-	-	-	-	-	-	-	**529.528**
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**428.143**
Debêntures 14ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**615.701**
Subtotais Debêntures	**16.127**	**16.127**	**16.127**	**16.127**	**14.785**	**-**	**-**	**2.804.343**
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	**81.366**
BNDES - AVANÇAR	22.880	22.880	22.880	22.880	22.880	22.880	26.804	**330.668**
BNDES - FINAME	19.265	11.517	1.548	-	-	-	-	**138.899**
BNDES - FINEM	4.451	4.451	4.451	4.451	4.451	4.451	21.889	**71.785**
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	37.100	37.235	-	-	-	-	-	**339.355**
Caixa Econômica Federal	148.518	156.043	162.335	156.793	139.273	141.886	522.008	**2.805.918**
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	**182.105**
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	**232.214**	**232.126**	**191.214**	**184.124**	**166.604**	**169.217**	**570.701**	**3.950.096**
Arrendamento - Litoral	41.017	42.265	17.964	-	-	-	-	**299.925**
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	**249.219**
Subtotais Arrendamentos	**41.017**	**42.265**	**17.964**	**-**	**-**	**-**	**-**	**549.144**
Parceria Público-Privada PPP	-	-	-	-	-	-	-	**2.566**
Subtotal PPP	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.566**
Totais	**289.358**	**290.518**	**225.305**	**200.251**	**181.389**	**169.217**	**570.701**	**7.306.149**

(1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos. Houve repactuação da taxa da 1ª série, passando de CDI+1,08% ao ano para CDI+0,88% ao ano, a partir de 15 de julho de 2024, conforme Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de 12ª emissão de Debêntures.

Notas Explicativas

c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

	30/09/2026		30/09/2025	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	**997.329**	**6.395.335**	**584.638**	**6.046.697**
Liberações	-	536.583	-	782.509
Juros e Taxas sobre Financiamentos	439.019	-	409.841	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	107.224	-	98.341
Transferências	960.052	(960.052)	616.165	(616.165)
Amortizações	(1.282.443)	-	(841.170)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	1.660	3.016	476	(656)
Variações Cambiais	(19.645)	-	(6.827)	-
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	41.712	-	52.864	-
Juros e Atualizações Monetárias PPP	125	-	84	-
Arrendamentos	60.125	-	107.076	-
Parceria Público-Privada PPP	26.109	-	21.832	-
Saldos no final do período	**1.224.043**	**6.082.106**	**944.979**	**6.310.726**

d) Os principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 3º trimestre de 2026 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 4ª Emissão	-	(36.243)
Debêntures 7ª Emissão	23.608	(23.537)
Debêntures 9ª Emissão	-	(162.004)
Debêntures 10ª Emissão	-	(22.688)
Debêntures 11ª Emissão	-	(91.487)
Debêntures 12ª Emissão	-	(205.877)
Debêntures 13ª Emissão	-	(32.211)
Debêntures 14ª Emissão	-	(92.192)
BNDES - PAC2	-	(57.129)
BNDES - AVANÇAR	37.789	(26.621)
BNDES - FINAME	42.041	(6.301)
BNDES - FINEM	17.930	(3.331)
Banco do Brasil - Notas Comerciais Escriturais 1ª Emissão	-	(89.361)
Caixa Econômica Federal	415.215	(279.390)
Banco KfW	-	(15.396)
Subtotal	**536.583**	**(1.143.768)**
Arrendamentos (1)	60.125	(115.007)
Parceria Público-Privada PPP (2)	26.109	(23.668)
Totais	**622.817**	**(1.282.443)**

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa);

(2) Liberações representam entrada de ativos vinculados à PPP (sem impacto no caixa e equivalente de caixa).

Notas Explicativas

e) Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)*

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES, da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) *Covenants* dos contratos da 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) *Covenants* de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) *Covenants* do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

(v) *Covenants* do contrato do Banco do Brasil – NCE 1ª Emissão

Índice	Limite
EBITDA ajustado/ Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo os novos contratos denominados “Avançar”, BNDES FINAME 2023, BNDES FINEM 2024 e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. No caso dos contratos BNDES Avançar I, II, FINAME 2023 e FINEM 2024, deverão atender somente o item covenant EBITDA / Serviço da Dívida.

Notas Explicativas

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em relação ao contrato do item (v) referente ao Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de Distribuição Privada, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, deverá manter os índices mencionados conforme descrito no item Y, da cláusula 8ª, a qual também prevê que deverá ser desconsiderado o efeito extraordinário decorrente do registro contábil do Precatório a Receber referente à ação judicial contra a União sobre a Imunidade Tributária Recíproca de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das notas comerciais do Banco do Brasil, debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de Renda a Pagar	44.500	-
Contribuição Social a Pagar	18.342	1.161
COFINS a Pagar	39.095	42.984
PASEP a Pagar	8.342	9.146
IPTU a Pagar	19	45
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	19.010	48.557
Totais dos Impostos e Contribuições	**129.308**	**101.893**
Circulante	**129.308**	**101.893**

Notas Explicativas

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2026		30/09/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	816.532	816.532	1.800.189	1.800.189
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(204.133)	(73.488)	(450.047)	(162.017)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	-	-	105.092	37.833
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	16.147	-	7.232	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	(105)	-	300	-
Provisão Passivo Regulatório	(299.470)	(107.809)	(798.686)	(287.527)
Receita Precatórios a Receber - Ação IRPJ	-	-	1.075.805	387.290
Doações Incentivos Fiscais	(2.204)	(793)	(2.432)	(875)
Outros	6.422	(1.043)	6.017	68
Totais das Despesas	**(483.343)**	**(183.133)**	**(56.719)**	**(25.228)**
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(666.476)**		**(81.947)**	
Alíquota Efetiva	**81,6%**		**4,6%**	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Imposto de Renda	(439.339)	(174.699)
Contribuição Social	(166.959)	(67.381)
Constituição/Realização do Imposto de Renda Diferido	(44.004)	117.980
Constituição/Realização da Contribuição Social Diferida	(16.174)	42.153
Totais	**(666.476)**	**(81.947)**

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/09/2026				31/12/2025
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	23 anos	1.913.585	478.396	172.223	650.619	657.620
Redução Valor Recuperável Ativos - Residuos Sólidos	16 anos	25.073	6.268	2.257	8.525	8.764
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.186.089	296.522	106.748	403.270	389.467
Arrendamento - Litoral (Ativo)	11 anos	299.925	74.981	26.993	101.974	106.410
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7 anos	4.163	1.041	374	1.415	1.416
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	5 anos	7.225	1.807	650	2.457	2.526
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	613.366	153.341	55.203	208.544	187.530
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	249.219	62.305	22.430	84.735	84.777
AVP de Contas a Receber	5 anos	44.816	11.204	4.034	15.238	17.944
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	513	128	47	175	159
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	61.824	15.456	5.564	21.020	15.700
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	153.283	38.321	13.795	52.116	54.790
Provisão para PPR	1 ano	11.479	2.870	1.033	3.903	54.090
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	3	1	-	1	90
Plano de Demissão Voluntária - PDV	1 ano	-	-	-	-	23.550
Totais			**1.142.641**	**411.351**	**1.553.992**	**1.604.833**
PASSIVO						
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	48 anos	3.905	976	352	1.328	1.384
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	23 anos	1.472.892	368.223	132.560	500.783	485.622
Reserva de Reavaliação	22 anos	60.001	15.000	5.400	20.400	21.772
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	12.055	3.014	1.085	4.099	4.066
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	17 anos	86.704	21.676	-	21.676	22.599
Arrendamento - Litoral (Passivo)	11 anos	161.377	40.344	14.524	54.868	55.950
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	9 anos	5.596	1.399	504	1.903	1.963
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	201.326	50.332	18.119	68.451	70.815
Totais			**500.964**	**172.544**	**673.508**	**664.171**
Total Líquido			**641.677**	**238.807**	**880.484**	**940.662**

Notas Explicativas

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de setembro de 2026, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2026	23.705	8.534	32.239	8.233	2.844	11.077
2027	97.686	35.167	132.853	32.932	11.376	44.308
2028	148.593	53.493	202.086	32.932	11.376	44.308
2029	94.816	34.134	128.950	32.932	11.376	44.308
2030	128.863	46.391	175.254	40.482	14.094	54.576
2031 a 2033	148.027	53.290	201.317	68.598	23.255	91.853
2034 a 2036	146.986	52.915	199.901	68.259	23.133	91.392
2037 a 2039	125.040	45.014	170.054	56.282	18.821	75.103
2040 a 2042	99.919	35.971	135.890	56.282	18.821	75.103
2043 a 2045	64.503	23.221	87.724	52.393	18.861	71.254
2046 a 2048	64.503	23.221	87.724	51.122	18.404	69.526
2049 a 2051	-	-	-	62	22	84
2052 a 2054	-	-	-	62	22	84
2055 a 2057	-	-	-	62	22	84
2058 a 2060	-	-	-	62	22	84
2061 a 2063	-	-	-	62	22	84
2064 a 2066	-	-	-	62	22	84
2067 a 2069	-	-	-	62	22	84
2070 a 2072	-	-	-	62	22	84
2073 a 2074	-	-	-	21	7	28
Totais	**1.142.641**	**411.351**	**1.553.992**	**500.964**	**172.544**	**673.508**

16. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2026 foi de R$2.670 (R$2.670 no mesmo período de 2025). O saldo em 30 de setembro de 2026 é de R$1.483 (R$4.153 em 2025), totalmente registrado no passivo circulante.

Notas Explicativas

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e iv) integração do vale-alimentação.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU e taxas relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba e Londrina. E as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Maringá e Pinhais.

b) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2025	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2026
Ações Trabalhistas (i)	293.457	147.765	(86.820)	(65.778)	288.624
Ações Cíveis (ii)	230.037	117.660	(26.840)	(31.287)	289.570
Ações Ambientais (iii)	25.664	26.565	(4.409)	(14.806)	33.014
Ações Tributárias (iv)	2.402	3.951	(82)	(4.113)	2.158
Totais	**551.560**	**295.941**	**(118.151)**	**(115.984)**	**613.366**

Notas Explicativas

Principais eventos no período:

As adições nas provisões trabalhistas referem-se: i) complemento de R$6.584, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e ii) R$141.181 decorrente de atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais, bem como o registro de 76 novas ações no período, compensados pela redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R$152.598, em razão do arquivamento e baixas parciais de processos, principalmente de ações movidas pelo Sindicato dos trabalhadores na Empresas de Saneamento no Estado do Paraná – SAEMAC, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Curitiba e Região Metropolitana – STAEMCP e Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE.

Complemento de provisões cíveis (Adições) no montante de: i) R$23.640 referente a ação promovida por empresa prestadora de serviços de TI; ii) R$12.217 referente a ação de indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá; iii) R$12.204 referente a reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de licitação; (iv) R$2.526 referente ação movida pela DM Construtora de Obras Ltda relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; v) R$1.763 referente ação movida pela Construtora Itaú relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; e vi) R$65.310 provisionamento de ações cíveis devido a decisões judicias, bem como o registro de 55 novas ações no período, compensado pela redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R$58.127, referente a alterações nos valores provisionados e pelo encerramento de ações judiciais de indenização por danos morais e materiais, dentre elas destacam-se as indenizações por acidente de transito, corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto.

Complemento de provisões ambientais (Adições) no montante de: i) R$11.887 referente a cobrança judicial de multas administrativas ambientais aplicadas pelo Município de Maringá contra a Sanepar e ii) R$14.678 provisionamento de ações ambientais devido a decisões judicias, compensado pela redução das provisões ambientais (Reversões e Pagamentos) no montante de: a) R$11.714 referente adesão ao Programa de Conversão de Multas Ambientais de 25 Autos de Infração Ambiental (AIAs) junto ao Instituto Água e Terra (IAT) e b) R$7.501 referente a alterações nos valores provisionados e pelo encerramento de ações judiciais.

c) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/09/2026	31/12/2025
Ações Trabalhistas (i)	315.894	57.744
Ações Cíveis (ii)	662.489	1.431.802
Ações Ambientais (iii)	423.964	399.539
Ações Tributárias (iv)	51.912	52.935
Totais	**1.454.259**	**1.942.020**

Notas Explicativas

Principais eventos no período de 2026:

No 3º trimestre de 2026, com suporte na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, procedeu-se à reclassificação, de risco remoto para possível, das ações coletivas impetradas pelo Sindicato dos Trabalhadores no Saneamento do Paraná (SAEMAC). O pleito refere-se a reclamações trabalhistas decorrentes das alterações ocorridas no PCCR em 2020 que excluíram a possibilidade de promoção por antiguidade, mantendo apenas por merecimento.

No 3º trimestre de 2026, ocorreu o arquivamento da Ação Civil Pública, no montante de R$684.344, cujo objeto referia-se a falta de água no município de Maringá em janeiro de 2016, que tramitava na 2ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, em que foram partes o Ministério Público do Estado do Paraná e a Companhia, em razão da sentença ter sido reformada pelo julgamento improcedente dos pedidos autorais.

d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

	Depósitos Judiciais	
Natureza	30/09/2026	31/12/2025
Ações Trabalhistas (i)	184.756	150.091
Ações Cíveis (ii)	219.020	207.174
Ações Ambientais (iii)	12.405	14.694
Ações Tributárias (iv)	9.288	12.398
Totais	**425.469**	**384.357**

Principais eventos no período de 2026:

Registro de novos depósitos judiciais e atualização monetária de natureza trabalhista no montante de R$108.742 dos quais novos depósitos judiciais e atualização monetária se referem a: i) ações movidas pelo Sindicado dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, que estão relacionadas com diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, no montante de R$13.287 e ii) ações trabalhistas e atualização monetária referente a equiparação e outras verbas de natureza salarial no montante de R$95.455, compensados pelas baixas de depósitos judiciais de natureza trabalhista em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R$74.077.

Baixas de depósitos judiciais de natureza cível em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R$32.090, compensados pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R$43.936, principalmente por: i) depósito relativo a ação movida pela Conterpavi Construções referente a reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de licitação no valor de R$11.095 e ii) atualização monetária do deposito judicial referente a ação de Indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá no valor de R$8.386.

Notas Explicativas

18. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria Fusanprev que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Até o 3º trimestre de 2026 a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R$39.039 (R$35.434 no mesmo período de 2025) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 66,4% pela patrocinadora e 33,6% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3º trimestre de 2026, o montante de R$92.485 (R$86.028 no mesmo período de 2025).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/09/2026	31/12/2025
Circulante	20.793	58.280	79.073	76.366
Não Circulante	291.103	815.913	1.107.016	1.069.126
Totais	**311.896**	**874.193**	**1.186.089**	**1.145.492**

Notas Explicativas

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2026:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2026
Custo do Serviço Corrente	5.237	1.379	6.616
Custo dos Juros	152.674	94.740	247.414
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(118.928)	-	(118.928)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(24.747)	(56.226)	(80.973)
Totais	**14.236**	**39.893**	**54.129**

O montante de R$54.129 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2026, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 3º trimestre de 2026 o montante de R$40.597 (R$42.418 no mesmo período de 2025). No final do exercício de 2026 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev - 2021

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev apurado ao final do Exercício de 2021, no valor de R$81.152 apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R$367. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente à época de 5,50% a.a. e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

Em 2026, foram amortizadas 9 parcelas no montante de R$4.192 (R$5.140 em 2024 e R$5.385 em 2025). As parcelas de abril de 2023 a março de 2024 foram amortizadas utilizando o saldo do Fundo de Desligamento do plano Fusanprev no montante de R$5.012, sem desencaixe financeiro para a Companhia.

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev - 2024

Em 25/11/2025, a Diretoria Executiva, na 46ª/2025 REDIR, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev apurado ao final do Exercício de 2024, no valor de R$83.693, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Notas Explicativas

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R$41.167, a serem pagos em parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2026 e finalizando em fevereiro de 2038, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R$386, acrescida da taxa anual de juros atuarial. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente à época de 5,31% a.a., a partir da data base 31/12/2024, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev. Em 2026, foram amortizadas 6 parcelas, no montante de R$2.619.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

19. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Descrição	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	109.888	-	-	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	157.031	141.535	-	-
Contas a Receber	26.087	16.575	-	-	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	16.595	15.004	-	-
Serviços de Cobrança Taxa Coleta de Lixo					21.493	19.639		
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	123.350	105.611	-	-
Contas a Receber	60.252	59.680	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	57.194	29.271	-	-	115.213	109.162
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	46	-	562	526
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	143.712	121.462
Tecpar								
Caução Contratual	-	-	79	-	-	-	-	-
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	-	5
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	14	17	-	-	253	244
Solução Colaboração Google Wokspace	20.940	21.521	13.312	19.156	-	-	3.141	698
Juros a Receber	-	12	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	222	-	-	-	2.786
Plataforma Infohidro	-	-	1.475	-	-	-	6.671	-
Ceasa								
Destinação de Resíduos Orgânicos	-	-	-	-	662	508	-	-
Total	**107.279**	**97.788**	**72.074**	**158.554**	**319.177**	**282.297**	**269.552**	**234.883**

Notas Explicativas

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2026 foi aprovada pela 62ª/2026 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2026, no montante global de R$19.257. Para o exercício de 2025 a aprovação se deu pela 61ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2025, no montante de R$18.565.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Remuneração	9.246	9.102
Encargos e Benefícios	3.176	3.122
Encargos Sociais	2.975	2.921
Plano de Saúde (Sanesaúde)	84	89
Plano de Previdência (Fusanprev)	117	112
Totais	**12.422**	**12.224**

20. PROVISÃO PASSIVO REGULATÓRIO

Em decorrência do ganho da ação de imunidade tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), referente ao período de maio de 1996 a outubro de 2020, e pelo recebimento financeiro do precatório judicial em 1º de setembro de 2025, a Companhia, em observância às normas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar vigentes à época, registrou a obrigação de compartilhamento de 75% dos ganhos auferidos com a recuperação de créditos fiscais.

Até 31 de março de 2026, a Companhia manteve constituída provisão no montante de R$3.455.249, classificada no Passivo Circulante. O passivo regulatório permaneceu reconhecido na proporção de 75% do valor do precatório, líquido de Cofins/Pasep, sendo atualizado mensalmente pelo WACC regulatório acrescido da variação do IPCA, conforme previsto no item 3.14 da Nota Técnica 07/2024 da Agepar.

Em 21 de outubro de 2025, o Conselho Diretor da Agepar ratificou a decisão cautelar proferida pelo Gabinete do Diretor-Presidente da Agência para suspensão dos efeitos da previsão de compartilhamento até a manifestação final de mérito, devido a questionamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) pela Associação Paranaense de Defesa dos Direitos do Consumidor (APDC).

Em 12 de janeiro de 2026, foi publicada a Portaria nº 02/2026 – Agepar, a qual designou servidores para compor Grupo de Trabalho Intersetorial, visando realizar análise conclusiva e avaliação dos possíveis tratamentos regulatórios acerca do valor recebido pela Companhia decorrente do Precatório.

Em 23 de março de 2026, a Agepar publicou a Nota Técnica nº 01/2026. O documento propôs alterar a premissa anterior de compartilhamento (75%) para (100%), ou seja, tinha como proposta que o montante líquido apurado de R$3.944.392 (correspondente a 100% do ganho) seja integralmente destinado aos usuários da Sanepar, visando a modicidade tarifária, o que motivou a abertura da Consulta Pública nº 001/2026.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia firmou posicionamento contrário aos termos lançados pela referida Nota Técnica, inicialmente em reunião da Diretoria Executiva realizada em 24 de março de 2026, o qual foi corroborado e apoiado pelo Conselho de Administração em reunião ordinária de 26 de março de 2026. Visando preservar os interesses da Companhia, de seus acionistas e empregados, o Conselho deliberou, em reunião extraordinária de 02 de abril de 2026, pela adoção de medidas cabíveis, administrativas e/ou judiciais, em face da Agepar e dos termos da Consulta Pública.

Em decorrência desta deliberação, a Companhia impetrou Mandado de Segurança em 17 de abril de 2026 solicitando a suspensão do rito. Em 22 de abril de 2026, o pleito liminar e seu pedido subsidiário foram indeferidos pelo Poder Judiciário, que fundamentou sua decisão no entendimento de que as referidas consulta e audiência públicas constituem uma etapa preparatória, sem caráter decisório, e que eventual suspensão atingiria atos futuros sequer realizados, não sendo possível prever o desfecho do rito regulatório.

A Agepar realizou a Audiência Pública nº 001/2026 em 29 de abril de 2026, referente à proposta de tratamento regulatório do precatório recebido pela Sanepar, conforme a Nota Técnica nº 01/2026, que sugeriu destinar integralmente o valor (R$3.944.392) à modicidade tarifária. Em paralelo, a Sanepar interpôs um Agravo de Instrumento em 29 de abril de 2026, buscando suspender os efeitos da Consulta e Audiência Públicas e impedir a implementação da proposta da Nota Técnica. Contudo, em 30 de abril de 2026, o Tribunal de Justiça do Paraná indeferiu o pedido liminar, argumentando que os procedimentos de Consulta e Audiência já haviam sido concluídos e que a Nota Técnica era apenas uma proposta preparatória, sem caráter decisório final, não havendo interesse jurídico em suspender atos futuros.

Em 23 de junho de 2026, o Conselho Diretor da Agepar, em sua 14ª Reunião Ordinária, proferiu decisão de mérito ao deliberar sobre a Nota Técnica nº 002/2026-GTI-AGEPAR. A referida deliberação manteve o entendimento da proposta inicial e determinou que a totalidade (100%) do montante originário do recebimento do precatório, líquido de tributos e honorários, seja integralmente destinado aos usuários da Sanepar. Conforme determinado pela Agência, a aplicação se dará na proporção de 50% para investimentos não onerosos e 50% para descontos nas faturas da estrutura tarifária, atualizados pela taxa WACC regulatória, líquida de impostos (8,08% a.a. em termos reais) e acrescido da variação do IPCA.

Diante desta deliberação proferida pelo Conselho Diretor da Agência, o Conselho de Administração da Companhia, reunido em sua 3ª/2026 Reunião Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2026, tomou ciência de que a decisão ensejava o possível registro contábil complementar do Passivo Regulatório. Consequentemente, no encerramento do segundo trimestre de 2026, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão complementar correspondente aos 25% remanescentes.

No encerramento do 3º trimestre de 2026, o saldo do Passivo Regulatório totaliza R$4.503.316, refletindo a atualização financeira do período. Até o 3º trimestre de 2026, foi registrado, nos resultados operacional e financeiro, o montante de R$1.197.878, ao reconhecimento complementar do Passivo Regulatório e à sua atualização financeira pela taxa WACC regulatória real (8,08% a.a.) acrescida da variação do IPCA do período.

A segregação do montante entre o Passivo Circulante (R$1.704.310) e o Passivo Não Circulante (R$2.799.006) observou a readequação das estimativas de fluxos de desembolso projetados. Na parcela atrelada à devolução tarifária, a alocação considerou os modelos de projeção de consumo de acordo com o perfil e categorias de clientes da Companhia. Na parcela referente aos investimentos não onerosos (CAPEX), considerando que o rol de projetos

Notas Explicativas

propostos pela Companhia encontra-se sob análise do órgão regulador, foi mantida a estimativa de amortização linear em 48 meses, contados a partir de janeiro de 2027. Quando da aprovação do cronograma do plano de investimentos não onerosos e das regras de baixa pela Agepar, a Companhia reavaliará prospectivamente os impactos na classificação destes saldos.

Em 21 de julho de 2026, em continuidade ao Mandado de Segurança impetrado pela Companhia (Autos nº 0002738-20.2026.8.16.0004), o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba indeferiu o pedido de reapreciação da medida liminar formulada em razão da deliberação final da Agepar (Nota Técnica nº 002/2026-GTI). Contra essa decisão, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento (Autos nº 0102855-31.2026.8.16.0000), tendo a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em decisão proferida em 10 de agosto de 2026, indeferido o pedido de antecipação da tutela recursal, mantendo os efeitos da deliberação regulatória e determinando o prosseguimento do feito para posterior julgamento de mérito pelo Colegiado.

Em 18 de agosto de 2026, o Conselho Diretor da Agepar indeferiu o recurso administrativo interposto pela Sanepar contra a Nota Técnica nº 002/2026-GTI-AGEPAR. A Administração da Companhia reitera o seu posicionamento contrário aos termos determinados pela manifestação regulatória da Agepar e esclarece que a manutenção da provisão e a adoção de medidas operacionais constituem cumprimentos compulsórios das determinações regulatórias, não significando renúncia a quaisquer medidas judiciais cabíveis contra a decisão da Agepar.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	40.467	47.734
Convênios com Municípios	36.444	31.891
Cauções e Valores a Reembolsar	31.031	26.778
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	309	347
Parcelamento IAT (3)	285	384
TCCM IBAMA (4)	141.387	127.939
TCPCM IAT (5)	11.709	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	57.194	29.271
Totais	**318.826**	**264.344**
Circulante	**259.674**	**199.084**
Não Circulante	**59.152**	**65.260**

(1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;

(2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA;

(3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra - IAT;

(4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R$ 87.631, atualizado monetariamente até o mês de setembro/26 com saldo de R$141.387, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno";

(5) 25 (vinte e cinco) Autos de Infração Ambiental (AIAs), lavrados pelo Instituto Água e Terra – IAT, entre os anos de 2008 e 2022, convertidos em Termos de Compromisso de Conversão de Multa Administrativa Ambiental – TCPCM, por meio do Programa de Conversão de Multas Ambientais, visando promover a reparação de áreas degradadas e a proteção ambiental por meio de serviços prestados, no montante de R$11.709, sendo 9 (nove) Termos parcelados em 60 (sessenta) meses, atualizados monetariamente 1% ao mês e os demais em parcelas únicas.

Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2026, é de R$8,21 (R$8,17 em 31 de dezembro de 2025).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2026 é de R$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

	Número de Ações					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	0,0	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	114.373.733	22,7	603.171.747	59,8	717.545.480	47,5
Demais Investidores	86.707.751	17,2	398.736.547	39,6	485.444.298	32,1
Totais	**503.735.259**	**100,0**	**1.007.470.260**	**100,0**	**1.511.205.519**	**100,0**

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

Notas Explicativas

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o 3º trimestre de 2026, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R$2.664 (R$2.880 no mesmo período de 2025), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Saldos no início do período	**42.265**	**46.067**
Realização da Reserva de Reavaliação	(4.036)	(4.363)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.372	1.483
Saldos no final do período	**39.601**	**43.187**

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Até o 3º trimestre de 2026 foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R$117 (R$132 no mesmo período de 2025), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

Notas Explicativas

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Saldos no início do período	**3.810**	**4.001**
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(177)	(200)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	60	68
Saldos no final do período	**3.693**	**3.869**

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 18) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

f) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 29 de abril de 2026, a 62ª Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2025, no montante bruto de R$585.270, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representava R$524.746, os quais foram pagos em junho de 2026. O valor de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos, que excedeu o dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$91.430, foi transferido de Reserva de Lucros no Patrimônio Líquido para o Passivo Circulante, após aprovação da AGO.

No encerramento do 1º semestre de 2026, a Companhia foi impactada por ato regulatório proferido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar). Em 23 de junho de 2026, na 14ª Reunião Ordinária o Conselho Diretor da Agência deliberou pela destinação integral (100%) dos recursos líquidos oriundos do precatório da ação de imunidade tributária do IRPJ em favor da modicidade tarifária. A referida deliberação ensejou o registro da provisão complementar de 25% no Passivo Regulatório da Companhia, somando-se aos 75% previamente registrados.

Diante deste registro contábil complementar e de seus expressivos reflexos no resultado, o Conselho de Administração da Companhia, reunido em sua 3ª/2026 Reunião Extraordinária, em 24 de junho de 2026, deliberou, por unanimidade de votos, pela não distribuição antecipada de Juros sobre o Capital Próprio referentes ao primeiro semestre de 2026.

Notas Explicativas

Como reflexo direto desta deliberação, a Companhia não efetuou o crédito de JCP e, consequentemente, não registrou o respectivo benefício fiscal de dedutibilidade na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social do período.

A Companhia esclarece que, embora a declaração semestral de proventos seja uma prática reconhecida pelo mercado, a distribuição antecipada de JCP constitui uma prerrogativa da Administração, e não uma obrigação legal ou estatutária. A decisão ora tomada foi de caráter prudencial e não significa renúncia a quaisquer medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis contra a deliberação da Agepar.

g) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2025	2024
Ações Ordinárias	0,36308	0,28714
Ações Preferenciais	0,39939	0,31586
Valor para 1 "Unit"	1,96064	1,55060

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/09/2026	30/09/2025
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	46.892	536.951
Ações preferências	103.164	1.181.291
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferênciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,09309	1,06594
Por ação preferencial	0,10240	1,17253

Notas Explicativas

23. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas				
Receitas de Água	1.213.926	1.147.157	3.650.421	3.388.977
Receitas de Esgoto	801.238	736.131	2.375.400	2.153.860
Receitas de Serviços	36.071	34.168	112.537	103.123
Receitas de Resíduos Sólidos	5.277	5.168	16.595	15.004
Serviços Prestados a Prefeituras	7.464	6.652	21.493	19.639
Doações efetuadas por Clientes	11.859	6.807	27.030	26.610
Outras Receitas	3.662	1.833	8.504	7.589
Totais das Receitas Operacionais	**2.079.497**	**1.937.916**	**6.211.980**	**5.714.802**
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(114.250)	(109.888)	(348.387)	(328.671)
PASEP	(24.805)	(23.857)	(75.637)	(71.356)
Totais das Deduções	**(139.055)**	**(133.745)**	**(424.024)**	**(400.027)**
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	**1.940.442**	**1.804.171**	**5.787.956**	**5.314.775**

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R$38.370 (R$44.497 no mesmo período de 2025), até o 3º trimestre de 2026, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2026 a 30/09/2026			01/07/2025 a 30/09/2025		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(106.813)	(55.598)	(162.411)	(119.809)	(55.126)	(174.935)
Materiais	(45.739)	(25.852)	(71.591)	(41.714)	(29.389)	(71.103)
Energia Elétrica	(126.049)	(25.294)	(151.343)	(90.904)	(15.311)	(106.215)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(30.146)	(30.146)	-	(31.265)	(31.265)
Serviços de Terceiros	(131.637)	(91.622)	(223.259)	(114.029)	(77.660)	(191.689)
Depreciações e Amortizações	(74.887)	(68.470)	(143.357)	(63.748)	(60.884)	(124.632)
Indenizações por Danos a Terceiros	(7.061)	(810)	(7.871)	(16.244)	(1.002)	(17.246)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(20.195)	(18.070)	(38.265)	(20.287)	(16.853)	(37.140)
Outros Custos	(29.591)	(7.486)	(37.077)	(24.825)	(7.097)	(31.922)
Totais	**(541.972)**	**(323.348)**	**(865.320)**	**(491.560)**	**(294.587)**	**(786.147)**

Descrição	01/01/2026 a 30/09/2026			01/01/2025 a 30/09/2025		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(313.855)	(164.717)	(478.572)	(419.179)	(188.611)	(607.790)
Materiais	(135.850)	(66.676)	(202.526)	(121.301)	(84.454)	(205.755)
Energia Elétrica	(336.419)	(61.971)	(398.390)	(272.022)	(45.301)	(317.323)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(108.060)	(108.060)	-	(57.046)	(57.046)
Serviços de Terceiros	(382.668)	(247.707)	(630.375)	(325.692)	(223.492)	(549.184)
Depreciações e Amortizações	(212.577)	(198.354)	(410.931)	(185.947)	(179.663)	(365.610)
Indenizações por Danos a Terceiros	(12.943)	(4.603)	(17.546)	(27.131)	(6.883)	(34.014)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(61.455)	(53.758)	(115.213)	(59.242)	(49.920)	(109.162)
Outros Custos	(98.765)	(24.071)	(122.836)	(83.331)	(21.773)	(105.104)
Totais	**(1.554.532)**	**(929.917)**	**(2.484.449)**	**(1.493.845)**	**(857.143)**	**(2.350.988)**

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão até o 3º trimestre de 2025 do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no semestre.

Notas Explicativas

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Comerciais				
Pessoal (1)	(30.948)	(39.054)	(91.002)	(146.869)
Materiais	(1.954)	(2.202)	(5.478)	(6.759)
Serviços de Terceiros	(74.952)	(68.412)	(209.806)	(180.516)
Depreciações e Amortizações	(3.976)	(3.322)	(11.250)	(10.073)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(36.512)	(13.513)	(109.947)	(159.695)
Indenizações por Danos a Terceiros	(2.660)	(770)	(11.333)	(8.503)
Programa Sanepar Rural	(1.332)	(1.163)	(4.592)	(4.064)
Outras Despesas	(549)	(663)	(2.377)	(2.532)
Totais das Despesas Comerciais	**(152.883)**	**(129.099)**	**(445.785)**	**(519.011)**
Administrativas				
Pessoal (1)	(204.136)	(209.821)	(604.662)	(738.807)
Materiais	(14.403)	(13.209)	(37.722)	(35.132)
Serviços de Terceiros (2)	(75.381)	(68.319)	(192.275)	(282.159)
Depreciações e Amortizações	(32.567)	(27.019)	(104.972)	(84.545)
Taxa de Regulação	(10.034)	(9.606)	(30.097)	(28.817)
Despesas com Viagens	(2.455)	(2.087)	(6.574)	(5.884)
Custas Legais e Judiciais	(2.567)	(3.973)	(7.921)	(7.050)
Doações Incentivadas (IRPJ)	(2.181)	(1.610)	(8.814)	(9.730)
Programas Sociais e Ambientais	(5.324)	(1.477)	(21.762)	(15.289)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.021)	(1.677)	(12.079)	(5.740)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(213)	(708)	(2.168)	(5.068)
Taxas, Alvaras e Licenciamento	(5.050)	(2.930)	(17.187)	(5.662)
Outras Despesas	(5.724)	(8.126)	(27.247)	(25.885)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	33.106	27.563	102.374	86.201
Despesas Capitalizadas (4)	29.352	37.073	92.488	98.826
Totais das Despesas Administrativas	**(298.598)**	**(285.926)**	**(878.618)**	**(1.064.741)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas				
Venda de Ativos	3.537	1.126	7.493	4.076
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	41	48	162	297
Subtotal Outras Receitas Operacionais	**3.578**	**1.174**	**7.655**	**4.373**
Despesas				
Perdas Eventuais	101	(36)	60	(769)
Multas Ambientais	(11.858)	(43)	(15.352)	(857)
Baixas de Ativos	(2.722)	(3.369)	(8.751)	(5.548)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(57)	(84)	(207)	(373)
Subtotal Outras Despesas Operacionais	**(14.536)**	**(3.532)**	**(24.250)**	**(7.547)**
Totais Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(10.958)**	**(2.358)**	**(16.595)**	**(3.174)**

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão até o 3º trimestre de 2025 do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no semestre;

(2) Reflexo da provisão no 1T25 de serviços advocatícios relacionados com a ação de Imunidade Tributária do IRPJ;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

Notas Explicativas

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R$11.479 (R$121.323 no mesmo período de 2025), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2026, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em junho de 2026, a Companhia efetuou o pagamento aos seus empregados do saldo relativo ao Programa de Participação nos Resultados do exercício de 2025. Em decorrência do registro da provisão complementar do Passivo Regulatório realizado no 2T26 e consequente resultado negativo intermediário acumulado no período, a Companhia realizou a reversão integral do montante de R$26.980 que havia sido provisionado no 1T26.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas Financeiras				
Aplicações Financeiras (1)	174.041	113.708	555.154	245.540
Variações Monetárias Ativas	21.298	22.569	66.044	71.254
Variações Cambiais Ativas	6.277	6.486	26.880	20.490
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	2.728	-	31.663	27.635
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais (2)	21.982	6.949	120.363	22.382
Outras Receitas Financeiras	9.539	5.556	40.301	21.142
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	(9.440)	(8.753)	(30.387)	(120.084)
Subtotal	**226.425**	**146.515**	**810.018**	**288.359**
Juros Auferidos - Receita Precatórios	-	47.454	-	2.247.462
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-	185.481	-	249.348
Totais das Receitas Financeiras	**226.425**	**379.450**	**810.018**	**2.785.169**
Despesas Financeiras				
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (3)	(150.969)	(169.177)	(454.707)	(437.718)
Variações Monetárias Passivas	(8.838)	(17.909)	(99.331)	(91.197)
Variações Cambiais Passivas	(5.258)	-	(7.235)	(13.663)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(11.936)	(11.685)	(69.060)	(50.021)
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais	-	(17.988)	(1)	(200.425)
Outras Despesas Financeiras	(4.718)	(36.030)	(13.901)	(36.965)
Subtotal	**(181.719)**	**(252.789)**	**(644.235)**	**(829.989)**
Provisão Passivo Regulatório (4)	(95.359)	(77.823)	(938.259)	(1.652.925)
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-	-	-	(249.348)
Totais das Despesas Financeiras	**(277.078)**	**(330.612)**	**(1.582.494)**	**(2.732.262)**
Resultado Financeiro	**(50.653)**	**48.838**	**(772.476)**	**52.907**

(1) Incluí o valor proveniente das Aplicações Financeiras decorrentes do recebimento dos Precatórios relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;

(2) Impacto do Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros Contratuais;

(3) Aumento da base de cálculo dos juros em função da captação de recursos de terceiros, somado à variação da DI;

(4) Provisão Regulatória relativa à ação do indébito tributário do IRPJ sobre o reflexo financeiro a ser compartilhado com os clientes da Companhia por meio de descontos tarifários e investimentos não onerosos, conforme descrito na Nota Explicativa 20.

Notas Explicativas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	01/01/2026 a 30/09/2026			01/01/2025 a 30/09/2025		
Descrição	**Água**	**Esgoto**	**Total**	**Água**	**Esgoto**	**Total**
Receita Operacional Direta	3.733.344	2.421.609	**6.154.953**	3.465.768	2.195.196	**5.660.964**
Outras Receitas Operacionais	31.321	25.706	**57.027**	29.725	24.113	**53.838**
Total da Receita Operacional Bruta	**3.764.665**	**2.447.315**	6.211.980	**3.495.493**	**2.219.309**	5.714.802
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(232.901)	(191.123)	**(424.024)**	(221.038)	(178.989)	**(400.027)**
Receita Operacional Líquida	**3.531.764**	**2.256.192**	5.787.956	**3.274.455**	**2.040.320**	5.314.775
Custo	(1.554.532)	(929.917)	**(2.484.449)**	(1.493.845)	(857.143)	**(2.350.988)**
Lucro Bruto	**1.977.232**	**1.326.275**	3.303.507	**1.780.610**	**1.183.177**	2.963.787
Despesas Comerciais	(244.842)	(200.943)	**(445.785)**	(286.559)	(232.452)	**(519.011)**
Despesas Administrativas	(482.569)	(396.049)	**(878.618)**	(587.871)	(476.870)	**(1.064.741)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(9.115)	(7.480)	**(16.595)**	1.133.285	919.299	**2.052.584**
Resultado Financeiro	(368.715)	(403.761)	**(772.476)**	72.758	(19.851)	**52.907**
Programa de Participação nos Resultados	(6.305)	(5.174)	**(11.479)**	(66.986)	(54.337)	**(121.323)**
Provisões	(33.921)	(27.885)	**(61.806)**	11.529	8.693	**20.222**
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(22.295)	(18.302)	**(40.597)**	(23.418)	(19.000)	**(42.418)**
Provisão Passivo Regulatório	(142.592)	(117.027)	**(259.619)**	(851.278)	(690.540)	**(1.541.818)**
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	**666.878**	**149.654**	816.532	**1.182.070**	**618.119**	1.800.189
Imposto de Renda e Contribuição Social	(544.324)	(122.152)	**(666.476)**	(53.810)	(28.137)	**(81.947)**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**122.554**	**27.502**	150.056	**1.128.260**	**589.982**	1.718.242
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	17,7%	6,1%	**13,1%**	33,8%	27,9%	**31,5%**
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	3,5%	1,2%	**2,6%**	34,5%	28,9%	**32,3%**
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	643.227	1.085.327	**1.728.554**	618.285	1.245.587	**1.863.872**
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP's	2.914.752	4.391.397	**7.306.149**	2.942.743	4.312.962	**7.255.705**
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	7.382.113	10.566.565	**17.948.678**	6.759.186	9.365.016	**16.124.202**
Depreciações e Amortizações do Período	(276.416)	(250.737)	**(527.153)**	(238.191)	(222.037)	**(460.228)**
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.585.266	717.486	**2.302.752**	1.548.629	634.991	**2.183.620**
Total do Ativo	11.187.474	16.013.459	**27.200.933**	10.899.969	15.102.172	**26.002.141**
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	5.979.715	8.814.811	**14.794.526**	5.666.485	8.304.949	**13.971.434**
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.569.895	2.712.463	-	3.518.097	2.627.353	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	450.400	369.647	-	439.549	356.554	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

Notas Explicativas

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R$2.592.039, com vigência abrangendo o período de 13/03/2026 a 12/03/2027, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.571.530
Máquinas, Equipamentos e Veículos	946.505
Estoque	74.004
Totais	**2.592.039**

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2026 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 328 processos judiciais no montante de R$465.419 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2027.

A Companhia também firmou contrato com a AKAD Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 16/01/2027.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada em 18 de agosto de 2026, o Conselho Diretor da Agepar deferiu o pedido formulado pela Companhia para a prorrogação de prazo para início da implementação do desconto tarifário previsto na Nota Técnica nº 002/2026-GTI-AGEPAR, visando o desenvolvimento e a parametrização segura dos sistemas comerciais da Companhia. Concluídas as etapas de parametrização no prazo prorrogado pela Agência Reguladora, a Companhia iniciou, em 1º de outubro de 2026, a aplicação de desconto tarifário aos seus clientes. A medida consiste na redução de 25% incidente exclusivamente sobre a tarifa de consumo mínimo (primeiros 5M³) dos serviços de água e esgotamento sanitário, gerando uma devolução mensal estimada em R$ 100 milhões. A partir do 4º trimestre de 2026, os montantes concedidos serão baixados diretamente do saldo do Passivo Regulatório previamente constituído, não impactando a receita de faturamento da Companhia.

Em 28 de outubro de 2026 a Companhia publicou Fato Relevante, comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em Sessão Pública realizada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, ocorreu a abertura dos envelopes no âmbito da Concorrência Pública Internacional nº 170/2026 para Contrato de Locação de Ativos, precedida de execução de obras de implantação da infraestrutura do Sistema de Abastecimento Integrado do Norte do Paraná (SAINP), tendo a Comissão de Licitação declarado o “Consórcio Águas do Paraná” como o licitante melhor classificado, cuja proposta resultou em desconto de 3,00% e Valor Mensal de Locação (VML) de R$9.031. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos e 6 meses, incluindo os períodos de atendimento às condições de eficácia, execução das obras, pré-operação e locação dos ativos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Curitiba, 27 de outubro de 2026.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente

OZIRES KLOSTER
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

SERGIO AUGUSTO PORTELA
Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

MARCUS VENICIO CAVASSIN
Diretor Administrativo

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Curitiba, 12 de novembro de 2026.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente

OZIRES KLOSTER
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

SERGIO AUGUSTO PORTELA
Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

MARCUS VENICIO CAVASSIN
Diretor Administrativo

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios